

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**RAFAEL BARBOSA DE JESUS SANTANA**

**O SILÊNCIO DO PRESENTE COMO REPRESENTAÇÃO DE UMA NIGÉRIA  
TRAUMATIZADA NO ROMANCE HIBISCO ROXO, DE CHIMAMANDA NGOZI  
ADICHIE**

Monografia de Graduação em História

**Jaguarão**

**2019**

**RAFAEL BARBOSA DE JESUS SANTANA**

**O SILÊNCIO DO PRESENTE COMO REPRESENTAÇÃO DE UMA NIGÉRIA  
TRAUMATIZADA NO ROMANCE HIBISCO ROXO, DE CHIMAMANDA NGOZI  
ADICHIE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História/Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Renata Dal Sasso Freitas

**Jaguarão**

**2019**

**RAFAEL BARBOSA DE JESUS SANTANA**

**O SILÊNCIO DO PRESENTE COMO REPRESENTAÇÃO DE UMA NIGÉRIA  
TRAUMATIZADA NO ROMANCE HIBISCO ROXO, DE CHIMAMANDA NGOZI  
ADICHIE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História/Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Licenciatura em História.

Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia defendida e aprovada em: 10 / 12 / 2019

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Renata Dal Sasso Freitas

Orientadora

(UNIPAMPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Cássia Daiane Macedo da Silveira

(UNIPAMPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Leticia de Faria Ferreira

(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho à Raicilane Barbosa de Jesus Santana, uma das pessoas que me fez e faz acreditar que é possível sonhar e realizar sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todxs que contribuíram para a minha formação ao decorrer desta jornada, em especial:

Ao universo, a quem devo minha vida.

À minha família (Raicilane Barbosa) que sempre me apoiou nos estudos e na vida. Te amo!

À Dona Liu, que é minha referência materna.

A Islin Barbosa, meu irmão.

A Igor Rabuske por sempre me incentivar a ser uma pessoa melhor, me compreender e estar ao meu lado nos momentos difíceis e felizes, bem como, me instigar a conhecer o mundo mais e mais.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup> Renata Dal Sasso Freitas que teve papel fundamental na elaboração deste trabalho.

Aos (às) meus (minhas) colegas de turma pelo companheirismo por tornar suportável a experiência acadêmica (Isa e Mayara).

Às catimbozeiras Amanda Lobo, Ari Bowier, Ariane Bennoda, Gabriel Cerqueira e Samuca Nunes, as amadas da minha life que estiveram sempre comigo e são pessoas que admiro.

À Kaiene Pereira Original e Charme Maris pelos bolos, cafés e amizade.

A mim mesmo, por não ter desistido de viver e de buscar uma vida melhor através da educação.

“Se você seguir os meios de comunicação, você achará que todo mundo na África está passando fome até a morte, e esse não é o caso; é tão importante se envolver com uma outra África.”

ADICHIE, 2009.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender de que forma o conceito de trauma histórico aparece no romance *Hibisco Roxo*, de Chimamanda Ngozi Adichie. Do mesmo modo, procura-se entender como Adichie em sua escrita narrativa representa uma sociedade nigeriana contemporânea (século XXI) traumatizada perante as violências causadas pelos processos coloniais britânicos, principalmente em seu aspecto religioso e linguístico. Para isso, tomaremos como pressuposto que os gêneros literários podem servir para a construção da consciência histórica de uma sociedade e disseminar/contar memórias hegemônicas ou contra-hegemônicas. A temporalidade representada na obra de Adichie não fica explícita, mas sabemos que se passa nos anos de 1994 a 1998, marco temporal que utilizarei neste trabalho para realizar contraposições com a Nigéria do início do século XXI, contexto em que foi lançado o romance da autora nigeriana. Como metodologia realizarei uma análise do romance *Hibisco Roxo* à luz de revisões bibliográficas sobre Literatura, História, memória e trauma. Ao decorrer dos três capítulos deste trabalho, ficará elucidado os meios pelos quais Adichie encontrou para disseminar, à nível global, histórias, memórias e traumas silenciados sobre o seu país natal, a Nigéria.

Palavras-chave: História. Literatura. Memória. Trauma Histórico. Nigéria.

## ABSTRACT

The present work aims to understand how the concept of historical trauma appears in Chimamanda Ngozi Adichie's novel *Purple Hibiscus*. Similarly, we seek to understand how Adichie in his narrative writing represents a contemporary Nigerian society (21st century) traumatized by the violence caused by British colonial processes, especially in its religious and linguistic aspects. For this, we will assume that literary genres can serve to build the historical consciousness of a society and disseminate / tell hegemonic or counter-hegemonic memories. The temporality represented in Adichie's work is not explicit, but we know that it takes place between 1994 and 1998, a time frame that I will use in this work to make contrasts with early 21st century Nigeria, the context in which the novel by the Nigerian author was launched. As a methodology, I will make an analysis of the novel *Purple Hibiscus* in the light of literature reviews on literature, history and trauma. Throughout the three chapters of this paper, the means by which Adichie found to disseminate silenced stories, memories, and traumas about his native country Nigeria will be elucidated.

Keywords: History. Literature. Memory. Historical Trauma. Nigeria.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A NIGÉRIA .....</b>	<b>20</b>
<b>3 DESTRINCHANDO AS MEMÓRIAS DOS TRAUMAS .....</b>	<b>30</b>
<b>4 HIBISCO ROXO: A RESSURREIÇÃO DAS MEMÓRIAS SILENCIADAS.....</b>	<b>40</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Até o final do ano de 2018, quarenta e cinco (45) trabalhos de conclusão de curso foram apresentados e aprovados no curso de História da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), tendo a primeira turma se formado em 2013. Desses quarenta e cinco (45) trabalhos, apenas três têm como fonte de pesquisa a literatura e apenas um trabalha diretamente na tentativa de conceituar eventos traumáticos e analisá-los como um fator presente na sociedade; monografia em cuja escrita a autora Caroline da Silva Pacheco Xavier (2015) foi bem-sucedida, analisando a magnífica obra *É isto um homem?*, de Primo Levi. Nenhum trabalho até o momento versa sobre as realidades do continente, países e sociedades africanas. Mas não só o curso de História tem esses dados preocupantes: entre os cursos de Turismo (com mais de 140 projetos aplicados apresentados), Produção e Política Cultural, Letras e Pedagogia, apenas esta última tem trabalho sobre o continente africano, intitulado “A história da África nos livros didáticos: antes e depois da lei 10.639/03 [1997-2009]”, de Quelen Pereira Pinheiro (2011).

Tais dados são sintomáticos e dão margem à seguinte inferência: pouco se tem trabalhado com obras literárias no curso de História da UNIPAMPA. Isso se deve, em certa medida, pela inexistência ou existência deficiente de uma cultura que valorize a leitura no Brasil, Rio Grande do Sul e, de forma intensificada, em Jaguarão/RS. Também, nós historiadores e historiadoras, ainda estamos presos/as na ideia de que as fontes primárias estão em um arquivo, ainda que neguemos tal fato, o que resulta na renegação do potencial da literatura como uma fonte histórica. De forma mais ampla, só nos últimos 40 anos que, conforme Pesavento (2003), a ficção tornou-se uma questão para a História.

Do mesmo modo, a inexistência de trabalhos que abordem, de forma direta, questões sobre os países, sociedades e culturas africanas, demonstra que o curso de História da UNIPAMPA ainda tem como base de seu currículo o conhecimento de sociedades e culturas europeias, abordando de forma secundária as Américas e esquecendo das memórias, histórias e testemunhos sobre o resto do planeta, ainda que se tenha tentado amenizar tais dados no mais novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). No caso específico dos estudos sobre a Nigéria por historiadores, pouco tem sido produzido no Brasil, sendo que a maioria dos trabalhos disponíveis nas plataformas Scielo e Capes Periódicos estão embasados em fontes literárias do país africano.

Mesmo sofrendo as consequências de eventos traumáticos como a ditadura civil-empresarial-militar, no Brasil, por um bom tempo os estudos sobre o trauma ficaram nas áreas da Psicologia e Medicina. Os trabalhos sobre o trauma de um ponto de vista social, começaram a aparecer em áreas como a Letras e História no final do século XX e início do século XXI. Pensando nisso, veremos nos próximos capítulos que o silenciamento sobre temáticas potencialmente traumáticas deve ser quebrado. O Brasil foi e continua sendo um país catastrófico: pelo genocídio dos indígenas e escravização dos negros no período colonial e imperial, pela construção e disseminação sistematizada de ideias racistas, machistas e LGBTfóbicas durante toda sua história; pela perseguição religiosa (principalmente às religiões de matrizes africanas) durante toda sua história; e pelo intensivo acossamento indiscriminado a grupos sociais, tanto na ditadura civil-empresarial-militar de 1964, quanto no período posterior. Destarte, o ato de falar ou escrever sobre experiências traumáticas é de grande valia para refletirmos nossos traumas coletivos e individuais.

Como todo trabalho das ciências humanas, motivos pessoais também se interligam à obra, como constatado por Michel De Certeau (1982) no século XX, chamando este lugar social de operação historiográfica, o fazer histórico. Negro, favelado, pobre, gay, entre tantas outras identidades me formaram enquanto pesquisador acadêmico. Na infância, cresci em ambientes agressivos, tanto física, como psicologicamente. Concomitantemente, lidava com o entendimento da minha sexualidade e, principalmente, da minha cor. Por muito tempo senti na pele o racismo, o preconceito e a discriminação da sociedade brasileira. Sofri por não gostar do meu tom de pele e por não entender os motivos de, em todos os lugares, me tratarem de forma diferente em relação às pessoas brancas. Trago a minha experiência pessoal para este trabalho, pois acredito que esta é mais uma memória, mais uma história, mais um testemunho de um negro, pobre e gay, que no contexto brasileiro, é mais que rotineiro.

Tendo em vista o que já foi colocado, o presente trabalho tem por objetivo compreender de que forma a questão do trauma colonial aparece no romance *Purple Hibiscus* (traduzido para *Hibisco Roxo* em português), de Chimamanda Ngozi Adichie, e como a autora em sua escrita narrativa representa – no sentido gumbrechtiano, ou seja, a apreensão do mundo centrada na interpretação e na busca de sentido (GUMBRECHT, 2014) - uma sociedade nigeriana contemporânea traumatizada perante as violências causadas pelos processos coloniais britânicos, principalmente em seu aspecto religioso e linguístico. Paralelamente, será buscado pontuar a importância dos gêneros literários para a construção da consciência histórica de uma sociedade e seu papel fundamental na disseminação de memórias hegemônicas ou contra-

hegemônicas. A temporalidade representada na obra de Adichie não fica explícita, mas sabemos que se passa nos anos de 1994 a 1998, mesmo marco temporal que utilizarei neste trabalho, realizando contraposições com a Nigéria do início do século XXI, quando foi lançado o romance de Adichie.

Vale ressaltar que o meu espaço de fala escrita é um local ocidental brasileiro, do qual lanço um olhar sobre dada sociedade nigeriana, ou seja, a narrativa aqui construída com autores/as, negros/as e brancos/as, africanos/as e não africanos/as, pode reforçar ou desmistificar narrativas históricas que estereotipam, essencializam e reduzem os modos de ser e estar dos africanos. Entretanto, ficaremos atentos para não repetirmos erros pretéritos da historiografia ocidental sobre as sociedades africanas. Comunico à/ao leitor/a também que este trabalho não dará conta da pluralidade das formas receptivas dos processos coloniais na Nigéria, restringindo-se ao elemento religioso, linguístico e, de modo secundário, outros aspectos que são abordados no romance utilizado como fonte desta pesquisa.

Como metodologia realizarei uma análise do romance *Hibisco Roxo* à luz de uma revisão bibliográfica, na qual será procurada relacionar os conceitos de Literatura, História, memória e trauma. No decorrer deste trabalho, ficarão elucidados os meios pelos quais Adichie disseminou, a nível global, histórias, memórias e traumas silenciados sobre o seu país natal, a Nigéria. Cabe salientar que a análise do romance será realizada procurando identificar e responder questões pertinentes ao campo histórico, ou seja, compreender o contexto social de produção da obra literária, os seus objetivos e destinos enquanto um produto da história, e as representações de realidades nele apresentadas. Questões referentes aos estudos da língua, das estruturas linguísticas literárias, produção textual, teoria literária e conceitos gramaticais não fazem parte dos objetivos deste trabalho.

Com essas delimitações, o presente trabalho está estruturado em três capítulos, mais as considerações finais. Ainda na introdução, traçarei possíveis relações entre História e Literatura; conceituarei as duas áreas, pontuarei suas limitações, assim como suas possíveis serventias. Ao final da introdução, conseguiremos entender e enxergar o gênero literário como uma fonte para a disciplina História. No primeiro capítulo, *Alguns apontamentos sobre a Nigéria*, enveredaremos em uma parte da história recente da Nigéria, delineando os embates, os conflitos e as tensões culturais e sociais presentes no território nigeriano, decorrentes dos processos de colonização britânica desde o início do século XX, até o início do século XXI, época do lançamento do romance tomado como fonte deste trabalho. Em *Destrinchando as memórias dos traumas*, conceituarei trauma, levantando suas relações com conceitos de

memória e testemunho. Por fim, no terceiro capítulo será analisado o romance *Hibisco Roxo* de Adichie (2011), associando-o às contribuições de diversos/as autores/as sobre o contexto de produção da obra literária, sobre Literatura, memória e trauma. Ao fim desse capítulo, perceberemos que a presença do silêncio, que Adichie aborda tão bem em seu romance, pode ser entendida como a representação de uma Nigéria traumatizada, mas que sinaliza a importância de não nos silenciarmos perante eventos traumáticos de violência social.

\*

-

Chimamanda Ngozi Adichie é uma nigeriana, autora de diversos contos e romances, tendo suas obras traduzidas para mais de trinta idiomas. Nascida em Enugu, em 1977, pertencente à etnia Igbo, Adichie veio ao mundo num momento em que a Nigéria passava por fortes embates políticos, refletido sete anos antes na Guerra de Biafra (1967-1970), um movimento que tentava separar a parte sudeste do restante do país e que deixou entre um e três milhões de mortos. Adichie cresceu num ambiente acadêmico estruturado, o que a possibilitou estudar medicina e farmácia por quase 2 anos, mas acabou se mudando para os Estados Unidos quando recebeu uma bolsa de estudos para estudar Comunicação e Ciências Políticas naquele país, aos 19 anos de idade. Em 2003, a nigeriana completou seu mestrado em Escrita Criativa e em 2008 virou mestra de artes em estudos africanos. Antes de lançar seu primeiro romance, Adichie publicou uma coletânea de poemas, intitulado *Decisions* (1997), uma peça chamada *For Love of Biafra* (1998) e alguns contos.

Em seu primeiro livro, *Hibisco Roxo*, publicado em 2003 e lançado no Brasil em 2011 pela editora Companhia das Letras, Adichie conta a história de uma família nigeriana bem-sucedida, mas permeada de conflitos, a partir dos quais são apresentadas questões inerentes à(s) cultura(s) da Nigéria, bem como problemáticas ocasionadas pelo processo de colonização britânica ocorrido no país. O romance tem como personagens principais: Eugene e Beatrice, pais de Kambili e Jaja, e Ifeoma (irmã de Eugene), mãe de Amaka, Obiora e Chima. Eugene, patriarca da família, dono de imóveis, automóveis e indústrias, ardorosamente cristão, pode ser interpretado como a personificação do espírito colonizador britânico.

A obra analisada neste trabalho (*Hibisco Roxo*) não está isolada no campo das produções literárias tendo como plano de fundo a Nigéria. Romances como: *Americanah*, *Meio Sol*

*Amarelo*, também de Adichie, *The secret lives of Baba Segi's wives* de Lola Shoneyin (2013), *Daughters who walk this path* de Yejide Kilanko (2012) e *Under the udala trees* de Chinelo Okparanta (2015) são algumas das obras produzidas por nigerianas que versam sobre as realidades daqueles/as que vivem ou viveram na Nigéria. Relacionado ao trauma, Adichie também não está sozinha: *The Famished Road* de Yejide Kilanko (1991) e *Under the udala trees* de Chinelo Okparanta (2015), são algumas das obras literárias que versam sobre os abalos físicos, psíquicos e materiais sofridos por aqueles/as que vivenciaram situações de violência extrema.

Sobre as obras literárias de Adichie, vários artigos científicos vêm sendo elaborados fora do Brasil, como *The Pragmatics of Nigerian English in Chimamanda Ngozi Adichie's Novels*, de Aboh & Aduk, e *Traumatic Experiences of Nigerian Women: An Archetypal Representation in Adichie's Purple Hibiscus*, de Sadiya Abubakar. Já no território brasileiro, trabalhos de maior fôlego vêm sendo construídos paulatinamente, como a monografia de Maurício Aparecido Chan, intitulado “*Leituras sobre a Guerra de Biafra (1967-1970): as versões do conflito nos textos de História e Literatura*”. Nesta obra, Chan realiza uma revisão bibliográfica de fontes literárias e históricas de 50 anos (1960-2010) para analisar os fenômenos que levaram à Guerra Civil nigeriana, inclusive a obra *Meio Sol Amarelo* de Adichie. Outras produções escritas de maior substância também tem sido produzidas, como o livro “*A literatura movente de Chimamanda Adichie: pós-colonialidade, decolonização cultural e diáspora*” de Cláudio Brava (2019) e a tese de doutorado de Alyxandra Gomes Nunes (2016), intitulada “*Conflitos, silêncios e a Guerra de Biafra na nação imaginada nos romances Purple Hibiscus e Half of a Yellow Sun, de Chimamanda Ngozi Adichie*”.

Com maior arcabouço teórico, Nunes analisa diversos aspectos dos referidos romances: “como o silêncio, as relações de gênero, a nação e o amadurecimento, que levam o leitor a interpretar a sociedade ibo-nigeriana contemporânea tal como imaginada pela escritora” (NUNES, 2016, p.08). No entanto, em sua tese de doutorado, Nunes afirma que é possível sanar conflitos potencialmente traumáticos e que são possíveis de serem curados, ponto que discordo. Na concepção adotada para o presente trabalho, será tomado como pressuposto que a experiência traumática jamais será curada, apenas remediada, visto que o trauma age de forma fantasmagórica, assustando aqueles e aquelas que sofreram violências sociais.

O objeto desta pesquisa é um romance, forma literária que emergiu na sua atual configuração no século XVIII, que em seu sentido mais simplista denota uma escrita baseada na imaginação e no realismo, no individual e no coletivo. Baseado em Watt (1996), pode-se afirmar que a caracterização e apresentação do ambiente e dos personagens são características bem singulares do gênero literário romance. Nesses ambientes apresentados, os/as personagens, muitas vezes, demonstram plena percepção de si e do seu espaço-tempo, o que atesta a forte relação do gênero em questão com a história e a memória. Os frutos da interação entre as três áreas são representações de possíveis realidades por parte da Literatura, a qual pode e deve ser objeto de estudo dos/as historiadores/as.

O romance histórico, por sua vez, surgiu com intensidade no século XIX, na Grã-Bretanha, numa tentativa de localizar os/as personagens em um espaço-tempo específico. Muitas mudanças do final do século XVIII, como a Revolução Francesa, começaram a ser retratadas nos romances oitocentistas, já que os grandes acontecimentos interferiam (e interferem) diretamente na vida dos indivíduos. Nesse estilo de romance, a narrativa traz características de aspectos mais amplos da sociedade de onde emana o/a escritor/a.

Antes do surgimento do romance histórico, a história era retratada como elemento secundário nas narrativas. Nesta nova roupagem, o estilo narrativo retrata elementos de seu tempo com um toque de realidade, extraindo da história princípios que tornam o mundo mais racional e inteligível. Nas palavras de Pesavento, podemos entender o romance histórico como “modalidade de um exercício imaginário de reconstrução do mundo”, no qual existem desejos, expectativas e temores, mas que a História e a Literatura “oferecem o mundo como texto” (PESAVENTO, 2003, p. 32). Ainda para a autora, “estamos, pois, diante, de uma construção social da realidade, obra dos homens, representação que se dá a partir do real, que é recriado segundo uma cadeia de significados partilhados” (PESAVENTO, 2003, p. 35).

O romance histórico não busca reproduzir os grandes acontecimentos tais como aconteceram, mas sim os motivos da ação dos seres humanos, suas interferências individuais e sociais no tempo e espaço. Isto é, a ficção pode expressar a mentalidade de uma época ou de determinados grupos sociais; o entendimento do/a autor/a sobre determinados acontecimentos, assuntos e/ou períodos. Nesse sentido, segundo Gallagher, o papel do/a escritor/a não é “narrar o que aconteceu: e, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível

segundo a verossimilhança e necessidade” (GALLAGHER, 2009, p. 637). Aqui estaria a diferença do romancista para o historiador: esse último, sistematiza os eventos passados, buscando através da escrita (ou oralidade), aproximar-se ao máximo da realidade. Como Pesavento bem coloca, “há uma distinção entre os compromissos de cada narrativa (a histórica e a literária) com a realidade” (PESAVENTO, 2003, p. 33), mas que ambas são um bom registro da linha tênue do presente.

Entendendo o romance como um objeto passível de estudo histórico, devemos compreender também que é através da descrição (dos espaços, dos/as personagens, dos sentimentos) que a trama do romance se revela para o/a leitor/a: é preciso “interromper a história, suspender temporariamente a ação e descrever lugares e espaços” (MORETTI, 2009, p.135). Como veremos mais adiante, em *Hibisco Roxo*, Adichie (2011) usa e abusa dessa técnica para nos colocar diante de uma outra realidade, suscitando questões sobre o modo de vida de determinadas classes sociais da Nigéria. Ainda de acordo com Moretti, a descrição é um modo de “construir e transmitir um significado e determinar uma classificação de alto e baixo, belo e feio, velho e novo e assim por diante” (MORETTI, 2009, p.135), ou seja, um modo de apresentar diferentes visões de uma realidade.

Por exemplo, a personagem Kambili em *Hibisco Roxo* é, como veremos no último capítulo, a responsável por explicitar, através da sua narrativa, novas perspectivas sobre a história da Nigéria. Segundo Tacca, se referindo ao romance histórico contemporâneo, ninguém pode ignorar “o papel eminentemente instrumental que desempenha a personagem. E ninguém ignora também que é nelas que vive o romance” (TACCA, 1976, p. 293). Kambili, nesse sentido, é a protagonista escolhida por Adichie para representar e ser a prova de histórias, memórias e testemunhos de uma nação traumatizada e silenciada. Sendo representação de histórias, memórias e testemunhos de ações humanas sobre a sociedade, a obra de Adichie se torna essencial para a disciplina História e para acessarmos outras narrativas da história da Nigéria. Dito isso, retomo as ideias propostas por Pesavento, qual diz:

se o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo, a Literatura se torna uma fonte muito especial para o seu trabalho (PESAVENTO, 2003, p. 39)

Para entender a arte/a literatura é necessário entender igualmente o contexto do homem/da mulher, do/a artista, da sociedade e de quem está nos bastidores da produção da obra de arte. Existem quatro tipos de artistas segundo Howard S. Becker (1977): aqueles vistos como tais, pois obedecem uma série de pré-requisitos sociais; aqueles considerados Outsiders; os Ingênuos e os Populares. Os primeiros – os únicos que nos interessa neste trabalho – são chamados por Becker de profissionais integrados, pois estão submetidos ao sistema, prontos para serem artistas canônicos, sendo esse sistema o ditador das regras de produção e prestígio artístico. O autor nos alerta para o perigo que é o artista ser refém de seu próprio sistema, pois sua obra torna-se um “trabalho de rotina”, uma máquina; todos seus membros sabem os códigos (1977, p. 11-12).

Cada indivíduo vê a produção artística de uma forma e atribui determinado valor a esta produção. O que determina a forma de recepção da obra é a posição desta última em relação ao contexto amplo da sociedade na qual está inserida. Sendo assim, podemos afirmar que Adichie é, numa concepção baseada em Becker, uma profissional integrada, refém do sistema em que está inserida? Será que Adichie só teve seu nome notado de forma global por produzir obras literárias com códigos de fácil decifração por aqueles/as que têm essas informações? Sem dúvidas a autora nigeriana (que teve mais livros vendidos na Inglaterra e Estados Unidos do que na Nigéria) está integrada ao mundo artístico proposto por Becker, mas isso não significa que esteja sendo prisioneira desse sistema. Em todos seus romances, Adichie significa e ressignifica versões incompletas e ocidentais sobre as sociedades africanas.

Em *Que é História?*, Edward Carr (2011) já nos apontara para a impossibilidade de encontrar uma verdade única, pois os eventos históricos envolvem pessoas, sendo que estas têm pontos de vistas distintos de um mesmo fato e utilizam a linguagem como meio de comunicação, a qual não é tão objetiva quanto parece. Mesmo assim, alguns discursos tentam se impor como a história única, como por exemplo, os discursos criados pela sociedade ocidental sobre o continente africano. Ainda para Carr (2011), o historiador escolhe o que e como narra um fato, sendo assim, ele, necessariamente, faz juízos e se envolve com os fatos históricos. Adichie em diversas entrevistas demonstra compactuar com essas ideias, inclusive a de que a história não se limita ao passado, pois a mesma influencia diretamente o presente. Sobre isso, Carr aponta:

O passado é inteligível para nós somente à luz do presente; só podemos compreender completamente o presente à luz do passado. Capacitar o homem a entender a

sociedade do passado e aumentar o seu domínio sobre a sociedade do presente é a dupla função da história (CARR, 2011, p. 74).

A partir daqui, dois questionamentos surgem: por que é importante conhecermos os feitos dos homens, das mulheres e daqueles não-binários na história? Por que é importante saber mais de uma visão sobre um mesmo fato? Conforme Todorov (1995), a história é exemplar; ela pode ser encarada como lição para os sobreviventes do passado, que no presente, podem não repetir os erros pretéritos. Eventos como a 1ª e 2ª Guerra Mundial, o Holocausto, o Apartheid, a Guerra de Biafra e golpes militares autoritários foram eventos potencialmente traumáticos. Existem atualmente, vários relatos sobre estes eventos, de como eles interferiram e interferem negativamente nas vidas individuais e coletivas. O que cabe a nós é escutarmos.

Segundo Berkowitz, uma sobrevivente de Auschwitz, “o silêncio é o verdadeiro crime contra a humanidade” (BERKOWITZ, 1965, p. 43). Logo, falar sobre tais temáticas e escutar os testemunhos sobre elas é de extrema importância para se chegar às verdades históricas, reparar os erros cometidos no passado e conscientizar historicamente a população. Ao ouvir os relatos dessas experiências traumáticas, não podemos ignorá-las, devendo “colocar-nos” no lugar daqueles/as que sofreram o trauma. Para Todorov (1995), a empatia resultaria na transformação do ambiente e do próprio ser humano. Se a História é de algum modo exemplar, ajudando-nos a não cometer os mesmos erros do passado no presente, devemos então nos aproximarmos dela. Ao estabelecer esta relação com a história, precisamos ouvir e ampliar as vozes que gritam e lutam por reparações sociais que o Estado tende a silenciar. Ao sermos silenciados, nossa ação é limitada, sendo muitas vezes esse silêncio uma dificuldade de interpretar e representar eventos que foram traumáticos.

Até aqui conceituamos Literatura e História e apontamos suas possíveis serventias; levantamos a possibilidade de uso da literatura como uma fonte histórica, suas principais características e seu ímpeto como um instrumento de não-silenciamento sobre determinadas questões. Mas, como qualquer fonte histórica, o romance também tem suas limitações, às quais devemos ficar atentos. Sobre isso, Achebe é enfático ao afirmar que “um romance não pode reproduzir a duração histórica” (ACHEBE, 2012, p. 17), ou melhor dizendo, não dá conta de todos os emaranhados da história e nem se propõe a isso. Para além disso, devemos considerar que qualquer obra literária reflete a interpretação do/a autor/a sobre a realidade. Neste sentido, o romance de Adichie revela a visão da nigeriana sobre temáticas como: a questão racial, o

cristianismo, o colonialismo, a corrupção, o machismo, dentre tantas outras temáticas relacionadas ao contexto da Nigéria do início do século XXI.

Mesmo carregado de subjetividades pessoais da autora, *Hibisco Roxo* não se torna um material inverossímil, já que qualquer objeto histórico está, intrinsecamente, imbuído de subjetividades; até os documentos “frios”. Então de que forma podemos encarar a obra de Adichie? A resposta é: como qualquer outra fonte; sendo mais uma narrativa sobre a realidade, mais um discurso sobre a verdade. Provida de lacunas, como qualquer objeto histórico, a literatura não esgota a história, o que vai de encontro com a afirmação de Achebe já mencionada. Tais constatações são válidas também quando se trata do romance histórico, pois as marcas de historicidade presentes nesse estilo literário permitem apenas “uma hipotética verificação ou controle dos resultados da narrativa, recuperando a realidade do passado” (PESAVENTO, 2003, p. 36).

Para os propósitos deste trabalho, é preciso elucidar mais uma questão: a partir da história (ou literatura) é possível tirarmos conclusões generalistas sobre algo? Este é um questionamento complicado que a própria Chimamanda Adichie já respondeu, apontando que tais conclusões generalistas corroboram para a construção da história única. Mas utilizo-me de Edward Carr, novamente, para explicar tal indagação:

O fundamental sobre a generalização é que através dela nós tentamos aprender a aplicar, a partir da história, a lição tirada de um conjunto de eventos a um outro conjunto de eventos: quando generalizamos, estamos consciente ou inconscientemente tentando fazer isto. Aqueles que rejeitam a generalização e insistem em que a história está relacionada exclusivamente com o particular são, logicamente, aqueles que negam que a história ensine alguma coisa. O historiador, como vimos, está destinado a generalizar: agindo assim, ele fornece guias gerais para a ação futura que, apesar de não serem previsões específicas, são tão válidas quanto úteis. Mas ele não pode prever acontecimentos específicos, por que o específico é único e porque nele entra o elemento accidental. Esta distinção, que preocupa a filósofos, é perfeitamente clara para o homem comum. Se duas ou três crianças numa escola pegam sarampo, você concluirá que a epidemia se espalhará; esta previsão, se se quiser chamá-la assim, baseia-se numa generalização da experiência passada e é um guia de ação válido e útil. Mas não se pode prever que Carlos ou Maria pegarão sarampo (CARR, 2011, p.84-86).

Destarte, procuraremos entender a obra literária de Adichie como uma outra escrita sobre a Nigéria, que assim como um texto histórico, tem potencial de nos ensinar a não cometer erros cometidos no passado. Nessa perspectiva que realizarei, no próximo capítulo, interligações entre o conceito de trauma com o processo de colonização europeia/britânica na

Nigéria; acreditando que, de alguma forma, características comuns rondam esses eventos traumáticos, podendo facilitar a compreensão inicial de um acontecimento específico.

## 2. ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A NIGÉRIA

Seguindo a perspectiva defendida pelo queniano Ali Mazrui (2010), pode-se afirmar que o processo de colonização europeia no continente africano, iniciado no final do século XIX, atrapalhou o desenvolvimento técnico de seus habitantes. Antes dos últimos vinte anos do referido século, os europeus pouco adentraram no miolo do continente negro. Com o fim do tráfico de escravizados para as Américas e para o Oriente, as superpotências econômicas da época careciam de outras formas de enriquecimento. A saída? A invasão e exploração dos seus vizinhos territoriais do sul.

Já no século XX, entre 1935 e 1945, a Grã-Bretanha controlava dezesseis territórios africanos, o que só foi possível devido à ação colonial de sistemas administrativos múltiplos em um mesmo território. A administração podia ocorrer de forma direta ou indireta, “por intermédio dos chefes tradicionais que se haviam tornado os principais responsáveis pelos organismos locais” (CROWDER, 2010, p. 96). No entanto, Crowder pontua que é um engano pensar que não houve nenhum tipo de governo direto: “[...] o chefe recebia as suas instruções e raramente era consultado quanto à sabedoria ou aos fundamentos das medidas [...]” (CROWDER, 2010, p. 97). Para além disso, os chefes locais estavam sob constante vigilância da administração britânica.

Conforme a historiografia sobre o continente africano, as potências coloniais, ora praticaram uma “política de assimilação pura e simples, em matéria linguística, educacional e cultural, ora uma política de assimilação seletiva e mais nuançada” (SOW; ABDULAZIZ, 2010, p. 631-632). Nesse sentido, a Grã-Bretanha inseriu sua língua nos primeiros anos do ensino fundamental, através do ensino de história, geografia, religião e história natural que, no final das contas, servia para introduzir a língua inglesa nas colônias africanas, sendo uma das formas de violência do processo colonial e de impacto negativo na Nigéria.

Dominadores e dominados buscaram aprender a língua um do outro no intuito de não se deixar ser enganado. No caso britânico, houve também o interesse em dominar as línguas africanas, para assim inserir sua língua, seus costumes, seus modos de vida. A violência linguística era tanta que, na década de 1940, obras literárias escritas em línguas africanas “não podiam ser impressas senão após a sua publicação em afrikaans, francês, inglês ou português” (SOW; ABDULAZIZ, 2010, p. 636). Visto esse histórico, podemos entender nos dias atuais um dos motivos para o sucesso internacional de Adichie, que não escreve seus romances na

língua igbo, mas sim em inglês, o que, em compensação, lhe permite disseminar sua escrita em um número maior de países, concomitantemente, representar uma pretensa literatura nacionalista, que responde aos critérios do mercado de editores britânicos.

De acordo com Sow e Abdulaziz, nos Estados do continente africano atual, “[...] é verossímil que poucos se preocupem em dominar a prática escrita e oral das línguas africanas [...]”. As expressões literárias orais africanas ainda existentes são associadas ao arcaísmo. Sendo assim, os autores apontam que, “mais do que nunca, no início do terceiro milênio, o tempo urge contra as línguas africanas”, as quais nem nos ambientes escolares têm ganhado espaço (SOW; ABDULAZIZ, 2010, p. 660). Mesmo após o fim político da colonização britânica, os dirigentes políticos das colônias:

demostravam-se reticentes em promover estas línguas, por eles estimadas tão numerosas e abertas, além de potencialmente comprometedoras, no que diz respeito à construção nacional dos novos Estados, capazes de criar inúteis divisões junto aos africanos, justamente aquando da necessária unidade (SOW; ABDULAZIZ, 2010, p. 636).

O inglês “adquiriu um status elevado entre as línguas nacionais das ex-colônias britânicas, onde o povo local rejeitou a potência colonial” (MUSTAPHA, 2014, p. 87), mas manteve antigos modos comportamentais sociais do colonizador. O que é há de violento nisso, na verdade, é a forma impositiva em que a língua chegou à Nigéria e o que veio junto com essa imposição, como o capitalismo. A imposição ameaça a existência de outras línguas e outros modos de vida, ao exportar produtos culturais ocidentais/britânicos de língua inglesa.

Em relação à linguagem escrita, a historiografia sobre a escrita literária no continente africano afirma que na década de 1930 houve um *boom* da literatura construída por africanos/as, devido o aumento da alfabetização e o desenvolvimento da educação básica e do ensino superior, responsável por criar novos escritores. As principais categorias literárias produzidas neste momento foram: a poesia, o drama, o teatro e, por último, o romance. Mas é válido ressaltar que desde sempre o continente africano contou com a existência de poetas, oradores e autores de canções. Pensando nesse *boom* literário, autores como Ali Mazrui, Mario de Andrade e Jan Vansina realizam a seguinte ponderação:

Se a poesia consistia na forma literária autóctone melhor enraizada nas tradições do continente, o romance ali apresentava-se como a forma mais estrangeira. Inclusive,

no próprio mundo ocidental, este gênero é, antes e sobretudo, um produto do século XIX e da revolução industrial” (MAZRUI; ANDRADE; VANSINA, 2010, p. 665-666).

Sendo assim, o romance foi um produto que representou bem a presença da cultura europeia na Nigéria, ainda que a poesia, após o século XIX, tenha angariado a temática religiosa cristã e islâmica para suas narrativas. Como colocado anteriormente, livros escritos por africanos só podiam ser publicados se tivessem uma versão em línguas europeias antes. Aliado a isso, havia uma escassez de gráficas e editoras na Nigéria; o custo de produção de livros eram altos e havia pouca aquisição dessas obras pelo público.

Mesmo sofrendo influências do cristianismo na escrita literária, “a África mobilizou as línguas e literatura europeias em benefício da libertação e da eloquência africana” (MAZRUI; ANDRADE; VANSINA, 2010, p. 668). Desse modo, a literatura europeia contribuiu para criar um “elo entre a arte e a militância na África” (MAZRUI; ANDRADE; VANSINA, 2010, p. 671), como podemos perceber no *boom* da literatura africana, principalmente dos romances, no mundo ocidental, nos séculos XX e XXI.

Nessa proliferação de literaturas africanas a partir de 1930, podemos elencar sete principais temas abordados por escritores africanos em suas obras literárias: a oposição entre passado e o presente da África, o conflito entre tradição e modernidade, mundo africano e mundo estrangeiro, conflito entre indivíduo e sociedade (entre o privado e o público), socialismo e capitalismo, desenvolvimento e autossuficiência, e africanidade e humanidade. A literatura africana também evocou os impactos do cristianismo na África:

o impacto do cristianismo situou-se em múltiplos níveis: ele influenciou as concepções do saber, os métodos de educação das crianças, os rituais de iniciação e de passagem, o conceito do bem e do mal, além dos paradigmas explicativos dos fenômenos naturais, assim como, sob uma ótica mais ampla, a interpretação do domínio metafísico e sobrenatural. O cristianismo ocidental foi, por conseguinte, um fator fundamental de ocidentalização da África (MAZRUI; ANDRADE; VANSINA, 2010, p. 681).

Se não todos esses aspectos da escrita literária africana do século XX, pelo menos metade deles são observáveis na literatura africana atual, que inclui a obra *Hibisco Roxo*. Ou seja, há uma persistência em algumas temáticas levantadas por autores/as ao decorrer do tempo.

A ocidentalização produziu autores/as (indivíduos) para as obras literárias, antes sem autores por se tratar da tradição oral:

O próprio nascimento de uma literatura escrita em línguas europeias marcou uma importante ruptura em relação às tradições coletivas de um patrimônio transmitido oralmente. Com a nova tendência, sobrevieram o direito autoral literário, os direitos dos autores versados individualmente e os regulamentos contra o plágio (MAZRUI; ANDRADE; VANSINA, 2010, p. 683).

\*

-

A Nigéria moderna data de 1914, quando os Protetorados Britânicos do Norte e Sul da Nigéria se uniram. Localizada na África Ocidental, a Nigéria é o maior país da região. Assim como sua grandiosidade territorial, politicamente o país encabeçou o movimento de descolonização na região. Os nacionalistas nigerianos, formados por políticos regionais, religiosos e de variados grupos étnicos, exigiam a autonomia imediata ou por etapas. Os britânicos, percebendo esse levante, recorreram a meios pacíficos e constitucionais para o fornecimento da independência de suas colônias. Mas retomo, a iniciativa da luta pela independência foi dos africanos.

Após a Segunda Guerra Mundial – evento sustentado pela exploração mineral e pela exploração braçal e mental dos africanos – os britânicos começaram “a projetar seriamente a devolução do poder político em mãos dos seus sujeitos africanos” (CROWDER, 2010, p. 92). Mas essa projeção de devolução do poder político se deve, em grande parte, às intensificações de rejeição ao projeto colonial pós 1945 e ao sucateamento das condições de vida. O que gerou manifestações, greves, levantes com ideias nacionalistas, o surgimento de partidos políticos que lutavam pelo autogoverno dos nigerianos, o posterior surgimento da primeira Universidade da Nigéria, em 1948, e a fundação de escolas primárias. Nos territórios invadidos pelos britânicos, “o objetivo implícito da política colonial era, a longo prazo, a outorga da responsabilidade política aos africanos” (CROWDER, 2010, p. 101).

Em 1960, após muita exploração britânica, a Nigéria se liberta politicamente da Inglaterra. O fato da independência política da Nigéria ter ocorrido apenas em 1960, ressalta o caráter recente dos eventos traumáticos, ou seja, ainda é possível sentir o aroma daquilo que já deveria ter sido levado pelo vento/tempo. As marcas geradas desse contato entre o mundo

européu e o africano ficaram expostas, exigindo dos/as nigerianos/as um processo de constante decolonização.

Contando com mais de 250 grupos étnicos e 500 línguas faladas, como o yorubá, igbo, fula, hausa, edo, ibíbio, tiv e inglês, a Nigéria foi delimitada territorialmente pelos britânicos no século XIX, com base em suas concepções eurocêntricas de nação e território. Com a independência, conforme Elaigwu & Mazrui (2010), houve a intensificação das rivalidades interétnicas. Indo de encontro com tal perspectiva, Afonso & Pinheiro afirmam: “este período pós-colonial foi fomentado sobre inúmeras fissuras geradas pela alternância de poder entre os Hauçás/Igbos/Iorubas na alternância de poder na região criada pelos ingleses, hoje Nigéria” (AFONSO; PINHEIRO, 2017, p.72).

Em sua história pós-contato com os europeus no século XIX, a Nigéria teve uma relação com os britânicos marcada pelo conflito e embate. Foi uma nação que cresceu tendo em sua base as diferenças sociais, políticas, religiosas e culturais, cenário construído a partir da intervenção colonial inglesa. Sobre isso, Adichie pontua: “a Nigéria era um conjunto de fragmentos presos por um frágil fecho” (ADICHIE, 2008, p. 185), no caso, a Inglaterra e sua concepção de Estado-nação. Nesse sentido, acredito que as civilizações não têm os mesmos valores, logo não é adequado serem interpretadas de forma generalizante ou que uma civilização imponha suas regras a outra civilização, como se os modos operacionais fossem os mesmos.

As elites locais nigerianas, após a independência em 1960, acreditavam que um Estado nigeriano democrático não seria benéfico devido os vários grupos étnicos existentes. Segundo o autor nigeriano Dauda Abubakar (2001), tal argumento serviu para frequentes golpes de Estado e para a instalação de ditaduras militares que não tinham legitimação popular, o que causou crises e conflitos. O autor defende que esse cenário pode ser encarado também como uma herança do período colonial, visto que a Grã-Bretanha e seu projeto de dominação alterou as relações locais.

Vários golpes de Estado ocorreram em busca da hegemonia do poder, como é o caso da Guerra Civil nigeriana, conflito separatista Nigéria-Biafra, ocorrido entre 1967 e 1970. Para além da diversidade cultural, linguística e étnica, o território da então nação independente foi e continua sendo rica em petróleo – mais predominante na região sul – o que serviu como argumento para os britânicos, antigos colonizadores, apoiarem belicosamente a região norte do país no período da Guerra de Biafra, prezando pela unificação e não-separação dos territórios. A guerra acabou, mas deixou entre um e três milhões de mortos e a unificação da natimorta

nação Biafra à Nigéria. Segundo a historiografia sobre o evento, Biafra (formada principalmente pelos povos igbos) teve pouco apoio de países africanos ou de qualquer outro lugar, ao contrário dos povos Hauçás-Fulani do norte. Todo esse contexto é abordado de forma bem delicada por Adichie, em seu romance *Meio Sol Amarelo*.

Entre a década de 1970 e a virada para o século XXI, a Nigéria foi assolada por golpes militares. Esses regimes “procuraram manter o poder através da opressão, coerção e manipulação do processo de transição democrática” (FALOLA & HEATON, 2008, p. 209). Ao mesmo tempo que grupos minoritários tornavam-se ricos através da corrupção, a maior parte dos nigerianos sofriam as consequências da pobreza extrema, como em períodos anteriores à ditadura militar. Tendo esse contexto colocado, vários setores sociais, como sindicatos, imprensa, movimentos trabalhistas e estudantis e organizações religiosas amplificaram suas atuações nesse período, ainda que houvesse grande opressão e coerção por parte do Estado.

No regime Buhari (1984-5), gastos com educação foram drasticamente reduzidos, imigrantes ilegais foram expulsos da Nigéria, críticas ao (des)governo eram resolvidas com silenciamento ou através da detenção de jornalistas e fechamento de meios de comunicação, greves foram proibidas. Do mesmo modo, a população foi às ruas protestar.

Por um discurso que afirmava a incapacidade de controlar a economia, o autoritarismo e a falta de senso coletivo de Buhari, Babangida tomou o poder em 1985. Desde o início de seu governo, Babangida procurou explicitar publicamente sua vontade de realizar uma transição democrática, o que só ocorreu em 1993. Ou seja, o governo procurou postergar a saída do poder. No regime Babangida (1985-1993), o desemprego aumentou, os salários diminuíram, acarretando na diminuição do poder de compra e “dificultando o acesso às necessidades básicas, como alimentos, roupas, eletricidade, assistência médica, educação e qualquer outra coisa que custe dinheiro” (FALOLA & HEATON, 2008, p. 219), a moeda desvalorizou, a renda per capita diminuiu, a eletricidade tornou-se irregular, empresas públicas foram privatizadas e os serviços de saúde foram sucateados. Do mesmo modo, houve a intensificação dos conflitos étnicos e religiosos (islamismo vs cristianismo). Enfim, foi instalado um caos.

Não vendo saída para tais questões sociais, muitos nigerianos procuraram abrigo nas instituições religiosas. Este foi o período de grande crescimento das igrejas evangélicas no país, as quais “argumentam que não apenas os indivíduos nigerianos podem ser curados pelo poder da oração, mas também o Estado” (FALOLA & HEATON, 2008, p. 221). Babangida demonstrava maior vínculo com os islâmicos, o que causou grande desconforto na população

cristã e, por conseguinte, violentos confrontos entre cristãos e muçulmanos, assim como uma guerra aberta contra as religiões tradicionais africanas.

O processo de transição democrática de Babangida não foi transparente, nem pacífica. Várias vezes o militar adiou as eleições ou mesmo as cancelou. Tais fatos resultaram em grandes manifestações que, conforme Falola & Heaton (2008), quase transformaram a Nigéria numa anarquia. Tudo isso corroborou para a ressurreição de ideias separatistas no Sudeste Igbo e no Sudoeste Ioruba, assim como um novo golpe militar em 1993, que daria continuidade ao contexto já abordado acima. Sani Abacha toma o poder, no qual fica até sua morte em 1998.

Com a eleição de Obasanjo em 1999, a Nigéria entrou em sua 4ª República. Como de praxis, houve denúncias de corrupção, “mas o desejo de pôr um fim ao longo período de regime militar abusivo superou em muito as preocupações sobre a legitimidade das eleições” (FALOLA & HEATON, 2008, p. 235). Aqui iniciava o que fora o governo civil mais longo da Nigéria. Economicamente, Obasanjo conseguiu fazer mudanças, mas velhos problemas continuaram, como: tensões étnicas, regionais e religiosas em busca do poder estatal, a pobreza extrema, a corrupção e sua normalização social, a não-remuneração de funcionários públicos por meses, a eclosão contínua de greves, o aumento da mortalidade infantil e a diminuição da expectativa de vida, assim como a exploração das riquezas do país por megaempresas. Mesmo tendo essa história de continuidade de uma série de fatores, Falola & Heaton (2008) afirmam que, desde 1999, a Nigéria tem vivido um maior diálogo entre Estado e sociedade civil, o que ainda está sendo estruturado numa base social fraca em promover os direitos humanos/sociais. Foi neste contexto que *Hibisco Roxo* foi escrito e publicado.

\*

-

Após esta pequena digressão, podemos adentrar aos aspectos religiosos na história da Nigéria. Conforme os autores Tharcisse Tshibangu (de Congo), Jacob Ajayi (da Nigéria) e Lamin Sanneh (de Gâmbia), “o africano é um ser profunda e incuravelmente crente, religioso. Para ele, a religião não é simplesmente um conjunto de crenças, mas, um modo de vida, o fundamento da cultura, da identidade e dos valores morais” (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 605). Tal concepção justifica então, se analisado em *Hibisco Roxo*, a luta travada entre o personagem Eugene e PapaNnukwu. O primeiro buscava a conversão de seu pai, que até sua morte resistiu às investidas eurocristãs do filho. A conversão, por esse ângulo, não seria apenas

a derrota das crenças das religiões tradicionais locais, como também significaria a imposição de um modo de vida e de valores morais eurocristãos sobre a sociedade nigeriana.

Os autores africanos afirmam também que a sociedade africana está “ancorada na religião tradicional, mesmo tendo sido expandida pelas influências eurocristãs e islâmicas” (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 605). As religiões tradicionais locais não faziam evangelizações e estavam abertas para novas experiências, o que colaborou para a inserção do cristianismo na Nigéria, por exemplo. A religião cristã acredita ser a única religião verdadeira, o que fica perceptível também no romance de Adichie, na medida em que Eugene não aceita nenhum tipo de interferência de outras religiões (ou de seu próprio pai) nos modos operacionais cristãos. Sobre este aspecto os autores afirmam que:

[...] paulatinamente, o cristianismo à imagem do islã, desenvolveu-se na África, inicialmente, em uma relação simbiótica com a religião tradicional. Entretanto, o cristianismo e o islã apresentam-se como religiões a praticarem o proselitismo, afirmando ambas serem as únicas a terem tido a revelação da Verdade, elas são violentamente concorrenciais e não toleram coexistir com outras religiões, particularmente uma em relação à outra (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 605).

Antes da entrada maciça dos europeus no continente africano, a autonomia social e política das populações africanas definia o grau de africanização do cristianismo e do islã. No entanto, com o processo colonial, mais de 80% da população africana se declarava cristã ou islâmica em 1935. Nesse sentido:

[...] a religião tradicional africana foi relacionada, no espírito de grande número de africanos, a uma África do fracasso e subjugada. Muitos proclamaram então a sua adesão ao cristianismo ou ao islã, símbolos para eles, da evolução, do progresso e do porvir, sem necessariamente abandonar a antiga cosmologia ou as suas crenças religiosas profundas (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 606-607).

A ideia que relaciona as religiões tradicionais com o fracasso e com o passado, certamente, está impregnada de uma visão europeia da sociedade, a qual deve caminhar de forma progressista. Este é mais um exemplo adaptável ao personagem Eugene representado por Adichie, posto que o personagem expressa no romance tal perspectiva. Como bem afirmaram Tshibangu, Ajayi e Sanneh, “este conflito de valores e ideologias provocaram, na vida privada

dos indivíduos e das comunidades, um traumatismo, transformado em tema para muitos de seus romances” (2010, p. 607).

Um dos motivos para a propagação desses conflitos de valores está no fato de que a maioria dos dirigentes africanos fizeram “parte de uma elite formada em escolas ou instituições religiosas, invariavelmente, cristãs ou islâmicas” (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 608). Sendo assim, “poucos dirigentes, independentemente de suas próprias crenças ou práticas ousaram enfrentar as suscetibilidades religiosas dos cristãos ou muçulmanos, abraçando abertamente a religião tradicional” (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 608). Mas em seu corpo interno, os africanos procuraram ressignificar as estruturas impostas pelos europeus e inserir as estruturas africanas no lugar, ou seja, africanizar rituais e conteúdos, impedindo, de certa maneira, a proliferação do colonialismo:

A maioria dos dirigentes recebera uma educação ocidental mas, eles estavam, contudo e extremamente, conscientes do fato que esta última implicava certo grau de colonização mental, de submissão forçada às ideias ocidentais e de alienação em relação às raízes da cultura africana (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 613).

Os autores concluem que é necessário percebermos as contribuições positivas e negativas da questão religiosa na África. Os efeitos negativos seriam aqueles que são contrários “ao verdadeiro sentido e às exigências do desenvolvimento na África” (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 628). Ainda que as religiões tradicionais locais africanas tenham ficado enfraquecidas após o processo de colonização, tais religiões ainda estão vivas e em constante simbiose com as religiões dadas como oficiais. Os autores colocam que a:

[...] influência do islamismo assim como do cristianismo denota-se muito claramente, por exemplo, durante a elaboração do arcabouço jurídico africano. Tal é o caso, especialmente, dos códigos da família e também dos elementos do código do direito privado, os quais se encontram impregnados de princípios islâmicos ou cristãos, em função de estarmos tratando de um país de maioria islâmica ou cristã (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010, p. 628).

Desde a virada do milênio o número de muçulmanos tem crescido na Nigéria, representando, conforme Falola & Heaton (2008), cerca de 50% da população, enquanto os cristãos teve uma leve estagnação, representando 40% da população. Os outros 10% são representados pelas outras centenas de religiões da Nigéria. Vale ressaltar que esses são os

dados oficiais, que não levam em consideração a maleabilidade da população que, muitas vezes, transitam em mais de uma religião, mas que não admitem tal ato. Essas são algumas das questões que serão discutidas no terceiro capítulo.

Neste capítulo, procurou-se situar-nos em relação à história recente da Nigéria, ou seja, a partir do processo de colonização britânica. Tal escolha não foi feita por acreditar que a história da nação nigeriana, em seus próprios termos, não existisse antes da chegada dos europeus ou que não mereça ser destacada. O recorte temporal foi feito por questões metodológicas que buscam identificar os legados desse contato entre Nigéria e Grã-Bretanha para o século XXI, especificamente no romance de Adichie, como veremos a seguir.

### 3. DESTRINCHANDO AS MEMÓRIAS DO TRAUMA

Após análise de determinados acontecimentos do século XX, alguns autores e autoras afirmam que esse foi um período de grande intensificação da violência, à qual, nesse momento, nem a Europa (o berço da “civilidade”) escapou. Os próprios avanços tecnológicos do período, como o desenvolvimento de armas, bombas nucleares/atômicas e aviões de guerra, serviram como meio de execução da violência. Esses eventos causaram uma série de mudanças histórico-sociais que “alteraram profundamente as relações entre os seres humanos e abalaram a concepção clássica de sujeito” (GINZBURG, 2000, p. 43).

Ainda para Jaime Ginzburg (2000), o século XX pode ser considerado o século da desumanização e da falta do sentimento de representatividade. No entanto, temos que ponderar tais constatações. De que homem Audoin-Rouzeau está falando? De quais relações entre os seres humanos Ginzburg se refere? Obviamente não estamos falando dos africanos e nem de suas relações internas. Durante séculos da História do Brasil, assim como da Nigéria, a escravização e a evangelização religiosa, cultural e política fizeram-se presentes no cotidiano daqueles/as considerados/as “de cor”; mais do que isso, ainda sentimos nos dias atuais os efeitos de sermos colonizados/as pela cultura europeia. No caso do Brasil, Adichie é enfática ao dizer que:

A primeira coisa que percebi e que me surpreendeu no Brasil foi que, quando me levavam a um restaurante sofisticado, todo mundo era branco. Até os garçons. Isso me surpreendeu, porque achei que numa escala de desigualdade econômica, você espera que pelo menos os garçons sejam negros, mas nem os garçons podem ser negros no Brasil (ADICHIE, 2017).

No trecho acima, Adichie evidencia a violência da segregação econômica/racial presente no Brasil e, se conhecemos bem a história da nossa nação, perceberemos que é fruto da incessante escravização dos corpos negros, de processos imigratórios que buscavam branquear a população brasileira, seja em sua cor ou modo de ser e estar no espaço, ou até mesmo de narrativas pseudocientíficas. No caso da Nigéria, ou de qualquer sociedade não ocidental, a violência da colonização ataca até mesmo os elementos que podem ser considerados “triviais”, como é caso da arte. Referindo-se ao seu consumo literário na infância, Adichie pontua que foi:

uma leitora precoce e o que (ela) lia eram livros infantis britânicos e americanos. Eu fui também uma escritora precoce e quando eu comecei a escrever, por volta dos 7 anos, histórias com ilustrações em giz de cera que minha pobre mãe era obrigada a ler, eu escrevi exatamente os tipos de histórias que eu lia. Todos os meus personagens eram brancos e de olhos azuis. Eles brincavam na neve e comiam maçãs. (ADICHIE, 2009).

Na citação acima, identificamos facilmente aquilo que a cultura europeia por vários séculos fortificou: a ideia de que as sociedades não-europeias não possuem história ou qualquer característica que mereça atenção. Muitos estudiosos do século XIX (e eu diria dos dias atuais também), disseminaram a ideia de que “a África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento” (HEGEL, Apud FAGE, 1981, p.08). Ou seja, se não é um continente mutável, logo não é preciso ser estudado ou representado, nem pelos europeus, nem pelos próprios africanos. Este é apenas um dos aspectos da violência causada pela colonização europeia em África.

A violência é intrínseca ao conceito de colonialismo, visto que esse nada mais é que o ato de impor “a dominação, a desumanização, a realocação, a perda de identidade, a diáspora, o preconceito racial, a tortura, a banalização da vida, enfim, toda a insensatez que a natureza humana em desequilíbrio pode acionar” (PEZZODIPANE, 2013, p. 89). Esta história-ruína, que começou bem antes do século XX, ainda encontra-se latente em forma de trauma nos dias atuais. Nesse sentido, o conceito de trauma pode nos auxiliar a compreender as próximas páginas deste trabalho.

A palavra trauma, no grego antigo, significa “ferida” e originalmente fazia referência a uma lesão causada ao corpo. Para Márcio Seligmann-Silva (2012), o trauma deve ser visto sempre como um momento de ruptura e choque. *Além do princípio do prazer* (1920) de Sigmund Freud, foi a primeira obra escrita a trabalhar de maneira sistemática a teoria do trauma. Nele, Freud utiliza da significação da Grécia antiga para definir tal conceito: uma ferida infligida à mente, à memória ou à capacidade de dar significação a acontecimentos vividos, um ferimento ocasionado por um evento que vai além dos limites da nossa percepção, tirando a forma da experiência. Freud ressignifica a palavra trauma, que deixa de estar vinculada apenas à ferida corporal explícita, mas agora está vinculada à mente, local de difícil cicatrização. Para além disso, nesta nova escrita de Freud, o trauma tem desdobramentos que vão além da estrutura psíquica individual.

Segundo Rabaté (2016), o campo dos estudos do trauma estabeleceu-se nas últimas décadas do século XX com os estudos de Cathy Caruth sobre o Holocausto. Caruth problematiza em algumas obras a possibilidade de registro e figuração dos eventos traumáticos, que “são destinados a repetir-se compulsivamente, literalmente e de forma muda”, sendo “a ferida do trauma tão profunda que contaminaria os órgãos de percepção e memória” (RABATÉ, 2016, p.08), sendo impossível assimilarmos todo o evento traumático. Conforme Ginzburg, o resultado do trauma é “a condição melancólica, que resulta da experiência dolorosa de perda, cujos limites, no campo coletivo, são inexatos e indeterminados” (GINZBURG, 2000, p.47).

Caruth vai dizer, analisando a literatura do Holocausto, que o trauma não pode ser localizado no simples evento do passado individual de um sujeito, mas na maneira como sua natureza inassimilável retorna para assombrar o indivíduo no presente (Caruth, 1996, p. 04). Quando o ser humano passa por uma situação traumática, o ser não consegue acessar a consciência, até que ela retorne em pesadelos e ações do cotidiano. Muitos autores vão dizer que essa repetição acontece devido à impossibilidade da mente de lembrar, registrar e figurar, devido à excessividade do evento traumático.

Segundo Seligmann-Silva (2012), trauma histórico é um termo moderno que deve ser aplicado para eventos dos séculos XX e XXI. Na Psicanálise o trauma é individual, na História o trauma tanto é individual, como coletivo, sendo o particular passível de utilização para se compreender o comunitário. Dentro desse pressuposto, o testemunho do trauma é de extrema importância, pois é a partir do compartilhamento das memórias do trauma que a história chegaria a uma “verdade”. Fazer juízos através disso não torna a história menos confiável.

Conforme Juan Pablo Borda Bohigas (2015), o trauma histórico é um trauma coletivo infligido a um grupo de pessoas que compartilham uma identidade (no caso, a identidade nigeriana-igbo), afiliação, etnicidade, raça e/ou religião, que se caracteriza pelo legado transgeracional dos eventos traumáticos vivenciados e se expressa por meio de várias respostas psicológicas e sociais. Esse constructo foi proposto em contraste com o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), devido às limitações identificadas para abordar, a partir dessa categoria diagnóstica, os traumas coletivos em situações de violência política e social. Sendo um evento caracterizado pelo legado transgeracional, descendentes de um grupo de pessoas podem agir como seres traumatizados, ainda que não tenham vivenciado a experiência violenta em si, mas a partir da tradição oral e escrita, dos patrimônios, instituições públicas e das mudanças epigenéticas passam a carregar tal peso consigo.

Em relação ao último ponto levantado como forma de hereditariedade do trauma, trago algumas considerações. Heijmans (2008), com base em experimentos, afirma que condições ambientais/sociais podem causar mudanças epigenéticas que persistem ao longo da vida do ser humano. Conforme o autor, mudanças epigenéticas são as alterações ocorridas no DNA. Nesse sentido, essas mudanças podem ser transmitidas de forma hereditária. Analisando especificamente a experiência da fome que ocorreu na Holanda, nos anos de 1944 e 1945, no contexto do final da II Guerra Mundial, o autor afirma que os descendentes de indivíduos que passaram fome nesta ocasião têm comportamentos genéticos diferentes. Seguindo nesta corrente teórica, alguns estudiosos afirmam que o desenvolvimento de variados tipos de câncer e doenças inflamatórias estão relacionados a essas mudanças epigenéticas.

Indo de encontro com as ideias de Heijmans, Parsons & Ressler (2013), propõem que sintomas de transtorno de estresse pós-traumático podem ser desenvolvidos através da hereditariedade. Segundo os autores supracitados, é a partir das sequências genéticas do DNA que ocorrem as transmissões biológicas entre as gerações. As mudanças epigenéticas levantadas por Heijmans ocorreriam exatamente na expressão dessas sequências genéticas.

No intuito de testar sua hipótese, Parsons & Ressler (2013) realizaram um estudo com ratos de laboratório. Colocando os animais numa caixa de vidro, soltando o cheiro de um produto químico chamado acetofenona através de uma pequena câmara, enquanto davam pequenos choques elétricos nos ratos machos, os pesquisadores afirmam que os animais aprenderam a associar o aroma à dor, demonstrando comportamento acelerado na presença de acetofenona mesmo sem choque. Conforme os autores, esta reação foi transmitida para suas proles, que mesmo nunca tendo encontrado acetofenona em suas vidas, demonstraram sensibilidade aumentada quando introduzida ao seu cheiro, estremecendo mais marcadamente em sua presença em comparação com os descendentes de ratos que foram condicionados a serem assustados por um cheiro diferente ou que não passaram por tais experiências. A terceira geração de ratos também manifestaram essa reação. Segundo Parsons & Ressler, tais dados podem ser aplicados aos seres humanos, tendo em vista a semelhante organização neurológica dos animais testados e dos humanos.

Acredito que uma experiência traumática, intermediada pela escrita da história, pode tornar um evento digerível e, ao acontecer isso, impactos poderão ser vistos no indivíduo e na sociedade. A mediação através da escrita da história muda a estrutura mental daqueles/as que refletem sobre os acontecimentos traumáticos; esses/as sujeitos/as, conseqüentemente, prezarão pela prevenção e remediação desses ocorridos.

Por muito tempo situações traumáticas foram negadas ou pouco lhes demos importância; tentamos esquecer os traumas para “superá-los”. Mas nos enganamos quando tentamos “esquecê-los”, visto que o trauma é latente até que resolvamos o remediar. Segundo Freud (1895), uma experiência torna-se traumática porque tal vivência fica dissociada e fora da percepção do consciente, sendo caracterizada também pela presença forçada na vida daquela sociedade ou daquele indivíduo. O trauma acontece pelo despreparo dos indivíduos e da sociedade perante o evento traumático e, como o próprio Freud (1931) pontuou, tal acontecimento causaria “paralisia mental e intensas tempestades emocionais”. Nesse sentido, Sidnei Schestatsky afirma que, aqueles/as que sofrem de algum trauma, desenvolvem “uma permanente hipervigilância e sensibilidade frente as ameaças ambientais” (SCHESTATSKY, 2003, p. 10).

Do ponto de vista histórico e sociológico do trauma, políticas de reparação e responsabilização, possibilitando a reconciliação e construindo uma “história a serviço da reconstrução moral e política de comunidades injustiçadas” (ROSA, 2012, p. 345), tornam-se necessárias para colocar um “fim” ao trauma. Para Johnny Rosa, as políticas públicas de reparação “[...] contribuem para a construção de um senso comum democrático, substituindo o arcabouço de valores introduzidos por regimes opressivos e fomentando o estabelecimento de reconciliações [...]” (ROSA, 2012, p. 345). Destarte, é necessário que as pessoas de uma sociedade assumam coletivamente a responsabilidade pela reparação de eventos potencialmente traumáticos, como a violência do colonialismo. Neste caso, caberia à Europa e, principalmente, à Inglaterra, reparar os males causados à Nigéria e, conseqüentemente, responsabilizar-se por isso. No entanto, “admitir a culpa não absolve, necessariamente, o agressor, mas pode, pelo menos, abreviar a recitação dos crimes e a experiência de reviver as dolorosas provas” (ACHEBE, 2012, p. 18).

Rosa (2012), em seu artigo intitulado *A cultura política da reparação: por uma história comunicativa e uma memória apaziguada*, é muito feliz ao afirmar que para cada violação dos direitos humanos, deve haver um reparo adequado, efetivo e rápido. No entanto, muitas atrocidades, como já sabemos, continuam sem responsáveis, sem reparos e, pior ainda, estão sendo silenciadas e/ou negadas. Nesse sentido:

a memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molde todas as atividades e sofrimentos humanos. A história é uma

forma elaborada de memória, ela vai além dos limites de uma vida individual (RÜSEN, 2009, P.164).

O ato da reparação consiste então na tentativa de exterminar ou amenizar os danos físicos, mentais, materiais, econômicos e educacionais de uma sociedade e/ou grupo social. Conforme Rosa, há cinco formas de políticas reparatórias: “são elas: I) a restituição, II) a compensação III), a reabilitação, IV) a satisfação e (V) as garantias de não repetição dos crimes praticados no passado” (ROSA, 2012, p. 347). A primeira política está relacionada à restauração da liberdade; a segunda está vinculada ao apoio financeiro e material, visto que o evento traumático viola direitos. A reabilitação seria a assistência psicológica e jurídica; a satisfação é a verificação dos fatos, que deve resultar na revelação dos eventos e culminar num aprendizado para o presente e para o futuro. Nesse sentido, a escrita da história é essencial para elucidar as memórias daqueles/as que tiveram seus direitos violados.

Quanto a essa garantia de não-repetição dos crimes praticados no passado, Rosa pontua a necessidade da criação de “mecanismos que ajudem na prevenção, monitoramento e resolução de conflitos sociais, bem como na revisão e alteração de leis que favoreçam os direitos humanos” (ROSA, 2012, p. 347). Para tais reparações é necessário um bom relacionamento com o passado e que enxerguemos os eventos do pretérito como parte de nosso presente. Requer que não esqueçamos o que ocorreu, requer a empatia (como já dizia Todorov), requer o compromisso de não deixar o evento se repetir, pois sem memória e consciência histórica não há condição de reparação e reconciliação, não há justiça possível. A história tem o poder de transformar o trauma em escrita exemplar e reparadora, além de possibilitar a prevenção de eventos traumáticos. Quando não conseguimos perceber que os atos do passado cometidos por determinadas instituições, pessoas e grupos sociais fazem parte do nosso cotidiano, a reparação é dificultada e longínqua. Sendo assim, devemos fugir da negação sobre determinados fatos históricos e construir memórias compartilhadas.

O Holocausto nos lembra vivamente que cada um de nós é pessoalmente responsável por estar a postos, em todos os tempos, contra um mal semelhante. A memória do Holocausto precisa nos servir como lembrança, em cada aspecto de nossas vidas cotidianas, que jamais as pessoas devem perpetrar o mal contra as outras. Jamais o ódio étnico deve ser permitido; jamais o racismo e a intolerância religiosa devem reinar sobre a terra. Cada um de nós precisa firmar a decisão de jamais permitir que as tragédias do Holocausto ocorram novamente. Esta responsabilidade começa com cada de um de nós – hoje (RÜSEN, 2009, p. 197).

Uma das linhas teóricas sobre o conceito de trauma afirma que nos tempos modernos o cotidiano pode ser considerado traumático, visto que estamos expostos a experiências que nunca antes fora um problema. No entanto, atento para uma questão: se considerarmos que o nosso cotidiano é traumático, estaríamos banalizando eventos visivelmente catastróficos que destruíram centenas, milhares e até milhões de vidas. Sendo assim, devemos considerar o processo de colonização britânica na Nigéria como um evento único e singular, cujos parâmetros não podemos mensurar, pois é isso que caracteriza o trauma: a falta de referências para lidar com o evento. Destarte, é mais que necessário falarmos sobre os traumas e aceitarmos o seu caráter singular. Nesse mesmo sentido, Baratto afirma:

O traumático requer, pois, dois tempos: o tempo do acontecimento e o a posteriori, que é o tempo da produção de sua significação, no qual pode ter lugar o sintoma. Isso conduz a duas conclusões: a primeira é que o valor do trauma não está no acontecimento em si, mas na associação estabelecida pelo sujeito; a segunda, derivada da primeira, é que o traumático é sempre singular (BARATTO, 2009, p. 77).

Refletindo o que já foi escrito até aqui, acredito que a escrita desse trabalho pode ser interpretada como uma forma de reparação historiográfica social, na medida em que se insere no campo de trabalhos contra-hegemônicos. Outrossim, enxergo a obra literária de Adichie como testemunho de experiências traumáticas infligidas aos nigerianos. A escrita-narrativa de Adichie em *Hibisco Roxo*, expressa e representa uma possível realidade que não tem por objetivo fazer que seus/suas leitores/as entendam as dores causadas pelo imperialismo britânico na Nigéria, mas sim narrar (ou pelo menos tentar narrar) o trauma em seu aspecto incompreensível, as consequências causadas por este processo.

O legado transgeracional é evidente pelo simples ato de Adichie escrever nos dias atuais um romance com a temática do silêncio, do trauma, das imposições religiosas cristãs à sociedade nigeriana e suas ressignificações. Do ponto de vista social, se algo do passado ainda hoje é discutido/escrito, é porque tal fato não ficou no passado; ainda atormenta a mente daqueles/as que estão na linha tênue do presente. Tanto os relatos dos eventos, como o silêncio relacionado ao trauma, falam sobre a dor inconcebível e de difícil assimilação. Em *Hibisco Roxo*, a personagem protagonista, Kambili, nos comunica todas as suas angústias através do silêncio e introspecção. Pensando nisso, compreendo que o silêncio sobre determinados eventos também pode ser uma forma de resistência, uma espera por espaços de fala.

Acredito que sem memória não há motivo para a vida. Adichie, ciente disso, procura ressignificar as memórias de dor, sofrimento e silêncio, para assim, reescrever uma história nigeriana silenciada e negligenciada pela historiografia ocidental. Mais do que isso, podemos entender o romance *Hibisco Roxo* como um grito que busca quebrar um trauma construído no passado para projetar um novo futuro. Nesse sentido, Adichie, em sua obra, utiliza-se tanto da memória, quanto da sua consciência histórica. Sobre isso Rüsen coloca:

A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro [...] O processo mental da consciência histórica pode ser rapidamente descrito como o significar da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro (RÜSEN, 2009, p. 166/168).

Uma das características do trauma é a ruptura daquele/a que sofreu tal ação com a sociedade. Se continuas em vida, os indivíduos traumatizados/as lembrarão constantemente do evento, como se este permanecesse no presente, como se fosse uma força atual em constante atividade. Se no mundo contemporâneo nós somos os seres traumatizados, a memória e o testemunho tornam-se essenciais para a digestão do evento. Neste sentido, conforme Baratto (2009), o/a paciente traumatizado/a, através da narrativa, libera suas emoções, descarrega e liberta o trauma. Agora, se no mundo contemporâneo nós somos os seres que causaram traumas em outrem ou fomos telespectadores de tal ação, é de extrema importância, como já disse, a reparação, que inclui escutarmos as vozes traumatizadas que buscam por um local em que viver o trauma não seja uma imposição.

Em *Memória, Esquecimento, Silêncio*, Michael Pollak pontua que a memória coletiva é representada de várias formas, como “as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias” (POLLAK, 1989, p. 03). Acrescentando a esta lista, proponho também o romance histórico, uma área fértil para a representação individual e coletiva da memória. Obviamente, o ato de rememorar seleciona o que é importante. Por muito tempo a historiografia selecionou as memórias hegemônicas, europeias e brancas, atribuindo-as a característica de “verdadeiras”. *Hibisco Roxo* é uma obra que aponta para a possibilidade de outras memórias, outros testemunhos, outras histórias sobre a Nigéria.

O romance de Adichie também pode ser interpretado como uma tentativa de significação da realidade, ou seja, como o tempo posteriori abordado por Baratto (2009), ou a denominação “período de incubação” levantada por Freud (1919), quando ocorre a manifestação categórica dos sintomas do trauma. Conforme Pollak, “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (POLLAK, 1989, p. 06). Creio que este momento chegou, não só para Adichie, mas para todas/os escritoras/es nigerianas/os que estão recebendo reconhecimento ocidental por suas obras literárias. Aquele/a que realiza um testemunho (oral ou escrito) “tem autoridade absoluta, já que não podemos desafiar o trauma do outro: só podemos acreditar nele, até mesmo nos identificarmos com ele, ou não” (FOSTER, 2014, p. 168).

Foster (1996) coloca que não podemos duvidar do trauma experienciado por outrem. Podemos considerar então que o romance de Adichie é um relato/testemunho, sendo que ela não vivenciou o período colonial nigeriano? Por esse ângulo trago as contribuições de Beatriz Sarlo. Em sua obra intitulada *Tempo Passado*, a autora apresenta o conceito de pós-memória: “como pós-memória se designaria a memória da geração seguinte àquela que sofreu ou protagonizou os acontecimentos (quer dizer: a pós memória seria a ‘memória’ dos filhos sobre a memória dos pais)” (SARLO, 2007, p. 91). Neste conceito, as lembranças são vicárias e mediadas através do relato de quem vivenciou o acontecimento ou através da mídia, por exemplo.

A pós-memória ou memória de segunda geração nada mais é que um relato “produzido em segundo grau, com fontes secundárias que não vêm da experiência de quem exerce essa memória, mas da escuta da voz (ou da visão das imagens) dos que nela estão implicados” (SARLO, 2007, p. 92). A pós-memória é o círculo que protege a memória, ou seja, esta última é o núcleo da primeira. A autora propõe que o uso do conceito de pós-memória seja reservado exclusivamente para os relatos “da primeira geração depois dos fatos” (SARLO, 2007, p. 113).

Sarlo realiza uma série de críticas à proposta conceitual de pós-memória. Analisando o caso dos filhos que tiveram seus pais perseguidos, torturados e eliminados pela Ditadura Civil-Militar argentina, a autora afirma que essa segunda geração se referiu “a esse passado político para superá-lo, não porque se sentissem diretamente afetados, mas porque isso fazia parte de uma dimensão pública”. Pensando nisso, Sarlo propõe que a pós-memória é “uma correção decidida da memória” (SARLO, 2007, p. 104). Acredito que no caso da escrita de Adichie sobre o processo de colonização britânica, há uma simbiose entre o público e o privado, visto que há uma forte tradição oral familiar nos grupos étnicos da Nigéria.

Não posso em minha escrita afirmar que Adichie ou qualquer outro/a escritor/a é traumatizado/a. Mas entendo que existem personalidades representantes das vítimas, diretas ou indiretas, de eventos potencialmente traumáticos. Mesmo que a autora nigeriana não tenha nenhuma memória traumática direta em relação aos processos colonizadores religiosos britânicos em Nigéria, podemos, no mínimo, afirmar que há empatia por parte da romancista, que através de sua escrita abraça a possibilidade de remediar eventos traumáticos; e que, neste caso, Adichie enxerga no transcorrer da história a presença colonial, optando por divulgar os meios pelos quais a Nigéria contemporânea tornou-se o que é.

Considero os processos de colonização como traumáticos, na medida em que suas práticas resultaram na aniquilação, ruptura e/ou desestruturação dos meios de vida (culturais e identitários) tradicionais locais. O término jurídico do processo de colonização política na Nigéria não foi o suficiente para os nigerianos/as se desfazerem das amarras impostas pelos britânicos. A experiência do colonialismo tornou obrigatório viver em um conflito permanente entre a tradição local e as influências ocidentais. O espírito britânico se instalou na Nigéria de tal modo, impondo a todos e todas o seu modo de vida, isto é, sua religião, sua língua, sua cultura e sua estrutura política, ainda que houvesse resistência e ressignificações por parte dos/as nigerianos/as. Se o trauma é uma ferida infligida à mente, caracterizada pelo seu elemento fantasmagórico de repetição mental e pelo seu legado transgeracional, só posso chegar à conclusão que o trauma não tem cura, ao contrário do que Nunes (2016) afirmara. O que não quer dizer que estamos fadados/as a um modo de vida ou à falta de perspectivas pelo futuro. O que podemos fazer é remediar/prevenir para que novos eventos traumáticos não se instalem no presente.

Considerando isso, é válido ressaltar que não só os traumas são transmitidos por gerações, mas também “aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação e complexidade das formas e da vida: ideais, mecanismos de defesa, identificações, certezas, dúvidas” (KAËS, 2001, p. 09).

Neste capítulo, utilizei-me de diversas fontes bibliográficas para conseguir traçar algumas características do conceito chave dessa monografia, inclusive de autores que conceituam e caracterizam o trauma a partir de um ponto de vista biológico. Por um bom tempo, o uso de referenciais com discursos biológicos serviram para determinar o modo como determinadas sociedades funcionavam, principalmente as sociedades africanas. Conscientemente, decidi também “beber” desses referenciais, mas não para reforçar ideias deterministas, mas para traçar outros panoramas sobre a Nigéria.

#### 4. HIBISCO ROXO: A RESSURREIÇÃO DAS MEMÓRIAS SILENCIADAS

Os missionários brancos trouxeram seu deus para cá – disse Amaka. - Um deus da mesma cor que eles, adorado na língua deles e empacotado nas caixas que eles fabricam. Agora que estamos levando esse deus de volta para eles, não devíamos pelo menos empacotá-lo em outra caixa? (ADICHIE, 2011, p. 281).

O colonialismo se faz presente nos dias atuais da Nigéria pela simples existência de feriados como a Sexta-Feira Santa, a Páscoa, a celebração do Fim do Jejum, o Natal, o dia de Santo Estevão (Boxing Day) e o festejo do Nascimento de Maomé. Ciente disso, Adichie escreveu o romance *Hibisco Roxo* e o dividiu em quatro capítulos que levam em consideração exatamente essa penetração colonial nos acontecimentos do dia a dia nigeriano: o *Quebrando Deuses*, que ocorre em um Domingo de Ramos, evento no qual Jesus chega à Jerusalém, segundo à Bíblia; o *Falando com nossos espíritos*, que ocorre durante a quaresma, período de preparação para a Páscoa, antes do Domingo de Ramos; *Os pedaços de deuses*, ambientado após o Domingo de Ramos e *Um silêncio diferente*, que ocorre em 1998, após a morte do chefe de Estado Sani Abacha.

A história se passa nas cidades de Enugu, Abba e Nsukka, no sul e sudeste nigeriano, entre 1994 e 1998, período do regime militar de Abacha. É possível inferir o período que se passa a narrativa a partir de alguns sinais deixados por Adichie, seja pelo modo como o chefe de Estado morre no romance ou através do personagem alegórico Nwankiti Ogechi, que faz alusão à morte/execução de Ken Saro-Wiwa, um ativista nigeriano visado pelo Estado ditatorial. Destarte, pode-se afirmar que há um equívoco na escrita de Nathalia Almeida Marcelo (2019) em relação ao período representado no romance, que segundo a autora, seria entre 1985 e 1993.

Durante a hora da família, enquanto Papa e eu jogávamos xadrez, e Papa ganhava, escutamos no rádio que a Nigéria fora suspensa da Commonwealth por causa do assassinato e que o Canadá e a Holanda estavam retirando seus embaixadores do país como protesto. O locutor leu uma pequena parte do release enviado à imprensa pelo governo canadense, que se referia a Nwankiti Ogechi como ‘um homem honrado’ (ADICHIE, 2011, p. 213).

Seu enredo decorre de um acontecimento no Domingo de Ramos, em quem uma série de costumes do núcleo familiar de Kambili, personagem protagonista, começam a ser

quebrados. Toda a narrativa se sustenta nos pensamentos da narradora Kambili, uma menina de 15 anos que, diante de várias situações, tem apenas o silêncio como resposta. Eugene, pai da protagonista, é capitalista, dono de um jornal progressista e de fábricas de alimentos e bebidas, além de ser um religioso árduo, pode ser interpretado como a personificação do espírito britânico colonizador.

Beatrice, mãe de Kambili, é dona de casa, submissa ao marido e sofre diversos tipos de violência doméstica, chegando inclusive, a abortar devido às agressões físicas. Jaja é o irmão mais velho que, ao decorrer da narrativa, passa a realizar críticas frequentes às atitudes do pai, causando uma série de tensões na trama. Em segundo plano, temos a narrativa da personagem Ifeoma, irmã de Eugene e mãe de Amaka, Obiora e Chima. Em determinado momento da escrita, a história dos dois grupos familiares se une. Mas de forma resumida, pode-se afirmar que o plano de fundo do romance é o silêncio refletido da violência colonial britânica.

Feita essa introdução ao romance, algumas questões serão essenciais para a inteligibilidade das próximas páginas do presente trabalho. Ao realizar a leitura da obra literária em questão, foi identificado que as/os personagens podem ser interpretadas/os como alegorias, as quais fazem alusão a possíveis contextos históricos da sociedade nigeriana do final do século XX e início do século XXI. Enquanto Eugene mostra-se como defensor da presença colonial na Nigéria, Kambili, Jaja e Beatrice são interpretadas como as/os nigerianas/os presas/os às imposições coloniais britânicas, ainda que em graus diferentes. Ifeoma, sua prole e o padre Amadi são considerados como uma Nigéria autônoma que decide quando e como ressignificar imposições coloniais. Enquanto que, PapaNnukwu, pode ser considerado como uma Nigéria que sobrevive/resiste às violências coloniais.

O romance faz menção à “fuga de mentes” ocorridas na Nigéria por conta do caos instalado no país na última década do século XX, à violência doméstica, à censura, ao capitalismo que hierarquiza a sociedade, ao racismo, ao machismo e à questão de gênero, à corrupção; trata sobre negligência fiscal, sobre o papel da imprensa na denúncia das injustiças sociais, sobre o perverso sistema penitenciário/jurídico, assim como dos movimentos populares; expõe questões relacionadas à desvalorização dos setores públicos, trata sobre a militarização e sobre a importância da transição democrática para os nigerianos. Sobre esses últimos dois pontos, podemos perceber tanto no romance, como na bibliografia abordada no primeiro capítulo que, a necessidade dos nigerianos entre o final do século XX e o início do século XXI não eram “de soldados para nos comandar; precisávamos de uma democracia renovada” (ADICHIE, 2011, p. 31).

Encapsulados num Estado construído a partir de padrões britânicos europeus, os/as nigerianos/as tinham consciência das implicações advindas desses atos autoritários. No romance, Adichie faz menção aos golpes militares ocorridos na Nigéria nas últimas quatro décadas do século XX e como tais eventos interferem no progresso de sua terra natal:

Papa empurrou o tabuleiro de xadrez para um lado, pediu licença e foi falar no telefone em seu escritório. Jaja, Mama e eu esperamos por ele em silêncio. Eu sabia que Papa estava ligando para o seu editor, Ade Coker, talvez para lhe dizer alguma coisa sobre a cobertura do golpe. Quando ele voltou, nós bebemos o suco de manga, que Sisi serviu em copos longos, enquanto Papa... ele estava triste; seus lábios retangulares se arquearam. Golpes levavam a mais golpes, disse Papa, contando-nos sobre os golpes sangrentos dos anos 1960, que acabaram se transformando em uma guerra civil logo depois que ele deixou a Nigéria para ir estudar na Inglaterra. Um golpe sempre iniciava um ciclo vicioso. Militares sempre derrubariam uns aos outros simplesmente porque tinham como fazer isso e porque todos ficavam embriagados pelo poder (ADICHIE, 2011, p. 30-31).

Como mencionado no capítulo anterior, a população não se calou diante dos governos militares do século XX. Em um dos trechos de *Hibisco Roxo*, Kambili nos relata um pouco sobre esse processo de movimentação popular de resistência, inclusive se vendo como uma das manifestantes que marchavam, segurando galhos, contra o golpe militar ocorrido: “nossos galhos nunca eram tão viçosos quanto os das pessoas que protestavam e, às vezes, eu me perguntava como seria me juntar a eles pedindo ‘Liberdade’ e barrando o caminho dos carros” (ADICHIE, 2011, p. 33). Destarte, a tal liberdade imaginada por Kambili significava uma quebra com o silêncio imposto por esses eventos traumáticos de violência social, como aquelas gerenciadas pelo Estado ou mesmo por seu próprio pai.

Já nas primeiras linhas do romance podemos identificar os embates que ocorrem no grupo familiar de Kambili: “as coisas começaram a se deteriorar lá em casa quando meu irmão, Jaja, não recebeu a comunhão, e Papa atirou seu pesado missal em cima dele e quebrou as estatuetas da estante” (ADICHIE, 2011, p. 09). A presente passagem já demonstra um ato de resistência de um personagem em não ritualizar práticas do cristianismo. Em seguida, na narrativa, Kambili nos ambientaliza em seu cotidiano de ir à missa todo domingo, de comungar toda semana e de observar o que ocorria nessas ocasiões, como por exemplo, a exigência do padre de sua comunidade em fazer algumas orações apenas em latim. Tal observação demonstra tanto um ato de violência religiosa como linguística, na medida em que impede o uso das línguas locais.

Ainda nas observações da personagem principal, podemos identificar aspectos históricos da Nigéria contemporânea. Como colocado no capítulo sobre a Nigéria, as últimas décadas do século XX e o início do século XXI foram marcadas pela ascensão do cristianismo evangélico na nação nigeriana, tal fato é expressado por Kambili em *Hibisco Roxo*: a “congregação respondeu ‘Isso mesmo’, ou ‘Deus o abençoe’, ou ‘Amém’, mas não muito alto, para não se parecer com os membros daquelas igrejas pentecostais que brotavam como cogumelos” (ADICHIE, 2011, p. 11). Mesmo sendo uma vertente cristã, os evangélicos são indesejáveis para os católicos nigerianos.

O cristianismo, e tudo o que estava acoplado a si, fora imposto por Eugene para sua família, exigindo desta certo regramento e repetição de ações cotidianas, como rezar antes e depois das refeições, antes de dormir e depois de acordar, o momento do almoço, o horário de estudar, a hora de dormir e o modo de se vestir. Mais do que isso, a religião católica era considerada por Eugene como “amparo do povo nigeriano” que deveria ser seguida pela população (ADICHIE, 2011, p. 18). No entanto, nem sempre tais regras eram executadas.

Em várias partes do romance, Kambili demonstra ter medo do poder de Eugene e por isso tinha receio de qualquer forma de embate com seu pai, posição a qual, em alguns momentos, o personagem Jaja recusa. Jaja bate de frente com seu provedor familiar e com muitas das regras impostas por ele e seu espírito colonizador:

- Você não pode parar de receber o corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo. Isso é a morte, e você sabe muito bem. - Então eu morrerei. O medo deixara os olhos de Jaja mais escuros, da cor do carvão, mas ele encarava Papa agora. - Então eu morrerei, Papa. (ADICHIE, 2011, p. 13).

É interessante vermos que, após os eventos de violência e desavenças familiares ocasionadas por Eugene, sempre o silêncio se alastrava pelo espaço. Talvez possamos, a partir disso, criar um *link* com o contexto nigeriano que Adichie busca representar, no qual a sociedade mantém o silêncio em relação a esses eventos violentos, ainda que sofram as consequências dessas ações: “com frequência fazíamos perguntas cujas respostas já sabíamos. Talvez fizéssemos isso para não precisarmos formular as outras perguntas, aquelas cujas respostas não queríamos saber” (ADICHIE, 2011, p. 29). Enquanto isso, Kambili parece ser uma boa demonstração dessa sociedade nigeriana que encontra-se, em boa parte da narrativa,

compreensiva aos posicionamentos de seu pai, de toda a dor que ele lhe causava e que até o admirava:

Papa sentou-se à mesa e encheu uma xícara usando o serviço de chá de porcelana com flores cor-de-rosa nas bordas. Esperei que ele oferecesse um gole para mim e outro para Jaja, como sempre fazia. Um gole de amor, era como Papa chamava aquilo, pois a gente divide as pequenas coisas que amamos com as pessoas que amamos. Deem um gole de amor, dizia ele, e Jaja ia primeiro. Depois eu segurava a xícara com as mãos e a levava aos lábios. Um gole. O chá estava sempre muito quente, sempre queimava minha língua, e se comêssemos algo apimentado no almoço minha língua ferida me machucava. Mas não tinha importância, pois eu sabia que quando o chá queimava minha língua, ele estava queimando o amor de Papa em mim (ADICHIE, 2011, p. 14)

Kambili é uma personagem que em vários momentos presencia cenas de violência, seja com sua mãe, com seu irmão, com ela mesma ou com a população nigeriana perante um governo militar autoritário. Kambili demonstra ter se acostumado/normalizado com a presença violenta do pai, ainda que este a fizesse mal. Isso se deve ao seguinte pressuposto: “se repetirmos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal” (ADICHIE, 2014, p. 17). Destarte, passar um tempo com Ifeoma significava a perda de controle de Eugene em relação aos filhos e o acesso desses à outra normalidade. Mesmo longe de seu pai, Kambili reproduzia e seguia os seus regramentos: “mesmo sem meu horário, eu sabia a que horas Papa queria que eu fosse para cama” (ADICHIE, 2011, p. 136).

Outro fator importante para a nossa reflexão é que, em algumas partes do romance, Adichie, através da personagem Kambili, escolhe por utilizar expressões locais igbo, como por exemplo: biko (por favor), Ke kwanu (você está bem?), gbo (ouvir), o zugo (acabou), ofe (sopa), ogwu (espinhos) e mba (expressão de negação), ao mesmo tempo que, ao decorrer da narrativa, fica evidente a preferência do pai da personagem principal pela utilização da língua inglesa, em detrimento das línguas locais, evidenciando, mais uma vez, a colonização latente na sociedade nigeriana que a empurra para o modo de ser e estar civilizado europeu:

Aquilo era um mau sinal. Papa quase nunca falava em igbo e, embora Jaja e eu usássemos a língua com Mama quando estávamos em casa, ele não gostava que o fizéssemos em público. Precisávamos ser civilizados em público, ele nos dizia; precisávamos falar inglês. A irmã de Papa, tia Ifeoma, disse um dia que Papa era muito colonizado (ADICHIE, 2011, p. 20).

Se referindo à relação estabelecida entre Eugene e a população da cidade de Abba, Kambili expõe que a tentativa do povo em falar inglês agradava seu pai: “Papa gostava que o povo de Abba se esforçasse para falar inglês perto dele. Dizia que mostrava que tinham bom senso” (ADICHIE, 2011, p. 67). Por ter vivenciado 15 anos de sua vida ao lado de Eugene, Kambili relata ter concepções racistas em relação a Jesus Cristo: eu “não conseguia fazer uma conexão entre o Cristo louro pendurado na cruz polida que havia em St. Agnes e as pernas cheias de picadas dos meninos.” (ADICHIE, 2011, p. 190). Consequentemente, a língua falada por Jesus e por Deus não seria o igbo: “às vezes eu imaginava Deus me chamando, com uma voz possante e com sotaque britânico.” (ADICHIE, 2011, p. 191).

Muitas vezes é possível identificar no romance as imposições colonizadoras religiosas e linguísticas de modo que essas duas formas interagem entre si e se complementam: “Deus seja louvado. Era isso que Jaja e eu dizíamos, o que Papa esperava que disséssemos, quando coisas boas aconteciam” (ADICHIE, 2011, p. 26). Expressões como, “Deus seja louvado”, são inseridas ao vocabulário dos grupos sociais a partir de ambientes, escolares ou não-escolares, que estão impregnados por uma crença, por uma fé. Kambili e Jaja, além de estudarem em escolas cristãs que possibilitaram a inserção dessas expressões em seus vocabulários, tinham sociabilidades familiares e religiosas que reforçavam tais aprendizagens. Desse modo, podemos perceber que desde cedo os personagens foram submetidos aos dogmas eurocristãos. Proibindo o uso da língua local (Igbo) em espaços públicos, a restrição de Eugene se aplicava também ao ambiente religioso, como pode ser evidenciado nesta passagem, quando um padre convidado (Amadi) da comunidade comanda uma celebração litúrgica:

E, na metade do sermão, começou a cantar uma canção em igbo: "Bunie ya enu...". A congregação toda se agitou de repente. Alguns suspiraram, outros abriram a boca num enorme O. Estavam acostumados com os sermões demorados do padre Benedict, com sua voz anasalada e monótona. Lentamente, começaram a cantar também. Eu olhei para Papa, que comprimiu os lábios. Ele virou a cabeça para ver se eu e Jaja estávamos cantando e assentiu, satisfeito quando nos viu de lábios selados (ADICHIE, 2011, p. 34).

O trecho acima, assim como o trecho no início desse capítulo, servem como ótimas representações sobre as formas receptivas das normas cristãs na Nigéria. Enquanto o padre Benedict, branco, permitia poucos rituais em que a congregação cantasse os louvores na língua

local, Amadi, um padre negro, aceitava frequentemente que os principais louvores fossem recitados em igbo. Este padre insere-se numa geração de padres cuja missão não era mais evangelizar de forma combativa, ainda que para isso fosse necessário ressignificar parte da cultura local, como o uso da língua nativa durante as missas. Eugene, de maneira não surpreendente, via tais práticas simbióticas como um problema para os bons costumes eurocristãos.

Vemos, destarte, Eugene como aquele que executa o papel de evangelizador dos dogmas cristãos, impondo o convertimento e cumprimento da vida cristã católica, principalmente a seus familiares. Como vimos no capítulo anterior, baseado em Rosane Pezzodipane (2013), violência e colonialismo andam juntos. Repetidas vezes Eugene usa a violência para punir os atos “pecaminosos” dos filhos e de sua esposa, ou seja, atos que os aproximassem do “paganismo” das religiões tradicionais. Tal prática de Eugene se mistura com ideias presentes também no islamismo, que segundo Murray Last (2000), o castigo/punição seria essencial para a educação civilizatória. Ao sofrer as punições, Kamibili, com frequência, se entregava ao silêncio. Assim fora quando levou cintadas de seu pai, da mesma forma como quando levou chutes do mesmo ou quando fora queimada com água fervente:

Não devia ver o pecado e caminhar na direção dele. Papa baixou a chaleira dentro da banheira e inclinou-a na direção dos meus pés. Derramou a água quente nos meus pés, lentamente, como se estivesse fazendo uma experiência e quisesse ver o que ia acontecer. Estava chorando, as lágrimas jorrando por seu rosto. Vi o vapor úmido antes de ver a água. Vi a água sair da chaleira, fluindo quase que em câmera lenta, fazendo um arco no ar até chegar aos meus pés. A dor do contato foi tão pura, tão escaldante, que não senti nada por um segundo. Então, comecei a gritar. (ADICHIE, 2011, p. 206-207).

Num dado momento do romance, Jaja e Kambili são comunicados por Beatrice que terão um irmão. Ao saberem disso, os irmãos dialogam entre si e chegam à conclusão que precisam proteger seu irmão mais novo das violências geradas por Eugene. Podemos interpretar a passagem escrita por Adichie como uma representação de uma Nigéria contemporânea, que ainda sofre as consequências do colonialismo, mas que não quer ver as futuras gerações, sangue do seu sangue, vivenciarem tais ações coloniais de controle ou eventos ocasionados, de forma indireta, pelas imposições europeias.

Todo o conflito gerado entre Jaja e Eugene naquele Domingo de Ramos não tinha precedentes. Para Kambili, toda aquela rebeldia teria começado quando ela e seu irmão

estiveram na casa de sua tia em Nsukka, antes do Domingo de Ramos, onde e quando o silêncio começou a se romper. O contato com a tia Ifeoma e seus filhos teria despertado um sentimento de liberdade nos filhos de Eugene e Beatrice.

Nesta ocasião, há um choque de vivências. Enquanto Kambili, completamente traumatizada pela violência de seu pai, se cala para a vida, Amaka, sua prima, é completamente destemida, corajosa e questionadora da realidade, assim como sua mãe. A personagem Kambili, na medida em que se define quando está em contato com tia Ifeoma e Amaka, torna-se a personificação de uma Nigéria que sofre com os abusos físicos e mentais de seu “pai”, a Inglaterra. Ao mesmo tempo, esta Nigéria, desestruturada pelas imposições religiosas, políticas e econômicas de seu “pai”, tem a imaginação prévia de como seria a liberdade, livre das “garras” britânicas, ao conviver com espíritos tão autônomos como Ifeoma, Amaka, Obiora e Chima.

Ifeoma, por sua vez, mostra-se como a figura que melhor evidencia uma sociedade nigeriana que ressignifica e subverte as imposições do colonizador. Uma personagem que mistura as práticas religiosas cristãs e tradicionais nigerianas, que aponta para a não passividade dos nigerianos perante o colonialismo, como por exemplo, ao participar de festivais vistos como pagãos pelos católicos ou fazer orações que misturavam o inglês e o igbo. Isso se deve, na narrativa, à influência do mundo acadêmico no modo como a personagem vê o mundo: de forma mais liberta, mas não romantizada. Ifeoma enxerga as implicações de uma Nigéria colonizada, identifica as relações de gênero problemáticas que não são discutidas na sociedade. Ifeoma, assim como seus filhos, são personagens que transmitem esperança e coragem para Kambili, Beatrice e Jaja, uma possibilidade da Nigéria de livrar-se das amarras coloniais britânicas, ou seja, a quebra com a prática da violência e do silêncio.

Kambili se espanta com o modo feliz de ser da família de sua tia Ifeoma: “ela ria com tanta facilidade, com tanta frequência. Todos eles riam, até o pequeno Chima” (ADICHIE, 2011, p. 93), visto que a personagem não sorria na onipresença de seu pai: “naquela noite, sonhei que estava rindo, mas a risada não soava como minha, embora eu não soubesse bem qual era o som da minha risada” (ADICHIE, 2011, p. 97).

PapaNnukwu, o avô de Kambili, em toda a narrativa demonstra já ser a Nigéria livre ou uma Nigéria que nunca deixou de ser livre, pelo menos do ponto de vista religioso e econômico. Religioso, pois PapaNnukwu mantinha suas crenças tradicionais, mesmo com a pressão de convertimento vindo de Eugene, o qual, num trecho, “finalmente, rezou pela conversão de

nosso PapaNnukwu, para que ele pudesse ser salvo do inferno” (ADICHIE, 2011, p. 68). Econômico, pois mesmo não tendo boa relação com seu filho, PapaNnukwu conseguira viver, com algumas dificuldades e sem muita ajuda financeira do filho:

Papa jamais cumprimentava PapaNnukwu, jamais o visitava, mas mandava maços de nairas para ele por intermédio de Kevin ou de um dos membros da umunna. Maços mais finos do que aqueles que Kevin recebia de bônus de Natal (ADICHIE, 2011, p. 69).

Repetidas vezes, Kambili reproduz a visão eurocristã, a qual defende que as religiões tradicionais locais são pagãs. Tal prática acontece pois a personagem, assim como seu pai, fora submetida ao mundo colonial britânico. Ao se referir a PapaNnukwu, a adolescente o chama de pagão por acreditar em ancestralidade, espíritos e prezar pela tradição oral. Ao ouvir tal afirmação, Ifeoma se posiciona:

Seu PapaNnukwu não é um pagão, Kambili, é um tradicionalista - disse tia Ifeoma. Olhei atônita para ela. Pagão, tradicionalista, o que importava? Ele não era católico e pronto; não era da nossa fé. Era uma dessas pessoas por cuja conversão nós rezávamos, para que elas não acabassem no tormento eterno dos fogos do inferno (ADICHIE, 2011, p. 90).

Os personagens do romance *Hibisco Roxo*, podem ter sido utilizados como alegoria para abordar um contexto social bem mais complexo. Sendo intencional ou não, a interpretação é válida. Tal contexto aponta para a não-compreensão de Eugene em relação a outras crenças religiosas, já que considera a religião católica como a única e verdadeira: “meu pai desperdiçava seu tempo adorando deuses de madeira e pedra. Eu não seria nada hoje se não fosse pelos padres e pelas irmãs da missão” (ADICHIE, 2011, p. 53). Eugene até propõe a conversão de seu pai, assim como fizera com Ifeoma, em troca de confortos materiais advindos do mundo capitalista: “PapaNnukwu contara à umunna que Papa se oferecera para construir uma casa, comprar um carro e contratar um chofer para ele, contanto que ele se convertesse...” (ADICHIE, 2011, p. 69). Mas PapaNnukwu resiste, como Kambili pôde constatar:

o lábio inferior dele tremeu, assim como sua voz, e às vezes eu levava um ou dois segundos para compreender o que ele dizia, pois seu dialeto era muito antigo; suas palavras não tinham as inflexões anglicizadas das nossas (ADICHIE, 2011, p. 72).

Até aqui podemos perceber um Estado nigeriano violentado pelo colonialismo, mas não foi evidenciado como tal violência resultou num trauma social. Em *Hibisco Roxo*, a palavra “silêncio” e “medo” aparecem 69 e 26 vezes, respectivamente. No romance, pode-se identificar o silêncio como sintoma de uma sociedade que vive uma quietude permanente, a qual paralisa e impede as ações autônomas:

Jaja, Mama e eu fomos lá para cima nos trocar. Nossos passos na escada eram tão contidos e silenciosos quanto nossos domingos; o silêncio de esperar que Papa acordasse da sesta para que pudéssemos almoçar; o silêncio da hora de reflexão, quando Papa nos dava uma passagem da Bíblia ou um livro de um dos Pais da Igreja para que lêssemos e pensássemos sobre ele; o silêncio do rosário da noite; o silêncio de ir de carro até a igreja para receber a bênção depois (ADICHIE, 2011, p. 37).

Kambili, em várias passagens, demonstra reconhecer a violência do seu pai, mas logo procura imaginar possíveis realidades que não sejam a que ela está vivendo. Muitas vezes, prefere silenciar-se frente aos ocorridos de violência. Podemos fazer um exercício imaginativo em que a personagem Kambili representa uma Nigéria que prefere não tratar/dialogar sobre seus traumas: “Mama não voltou para casa naquela noite, e Jaja e eu jantamos sozinhos. Não falamos sobre ela. Em vez disso, falamos sobre os três homens que haviam sido executados em praça pública dois dias antes, por tráfico de drogas” (ADICHIE, 2011, p. 39-40).

Dificilmente a personagem principal ficava em um espaço sem a presença de seu pai. Várias práticas do dia a dia eram controladas por Eugene. No entanto, em Nsukka, Kambili começou a perceber as injustiças sociais e a violência que emanava de seu pai. A personagem tem os primeiros contatos com ideias de coletividade com a família de Ifeoma. É nesse espaço que Kambili começa a enxergar a liberdade como fator essencial para a vida. Ao quebrar com as regras impostas, Jaja e Kambili dão repetidos sinais de suas novas concepções para Eugene. Para a protagonista, as coisas estavam “destinadas a não ser mais as mesmas” desde sua ida à Nsukka (ADICHIE, 2011, p. 221).

Aquela facilidade do ato de falar de Amaka, contagiou o ser de Kambili, que passara a provar a liberdade de dizer o que “quisesse, quando quisesse, para quem quisesse, onde o ar era livre para ser respirado à vontade” (ADICHIE, 2011, p. 130). Entretanto, liberdade fora degustada primeiro por Jaja:

Os britânicos ganharam a guerra, mas perderam muitas batalhas - disse Jaja. Ao ouvir aquilo, meus olhos pularam diversas linhas do texto da página. Como Jaja fazia aquilo? Como conseguia falar com tanta facilidade? Será que não tinha as mesmas bolhas de ar na garganta que não deixavam as palavras saírem, só um gaguejar? (ADICHIE, 2011, p. 156).

Fica evidente, destarte, que Kambili é uma adolescente traumatizada perante as violências de Eugene. Se entendermos a narrativa do romance de forma alegórica, podemos afirmar então que esse silêncio vivido pela personagem representa o silêncio vivido pela sociedade nigeriana. Quando o silêncio começou a ser quebrado, Kambili se assusta com a possibilidade da fala, da denúncia: “será que Jaja tinha esquecido que nós não contávamos a ninguém, que havia tanto que nunca contávamos a ninguém?” (ADICHIE, 2011, p. 165-166). Assim podemos compreender a dificuldade de se romper com o silêncio e com a violência.

Após algumas experiências na casa de Ifeoma, Kambili, ao voltar para sua casa, constata que “o silêncio que caiu sobre a casa foi súbito, como se o velho silêncio houvesse se rompido e tivéssemos ficado com seus pedaços afiados nas mãos” (ADICHIE, 2011, p. 271). Ao romper com o silêncio, as ações cotidianas começaram a ser realizadas sem medo, ao mesmo tempo que a ação da violência de Eugene perdia força. Kambili percebe que falar pode ser o melhor remédio para os traumas, ainda que seja difícil dizer tudo que causa um trauma individual e social. A personagem, que durante grande parte da narrativa deixava que seu pai organizasse sua vida, seu presente e seu futuro, agora começa a pensar e se preocupar para com o futuro.

Ainda que possamos perceber o gradual aumento da verbalização de Kambili ao decorrer do romance, mesmo com a morte de Eugene, o silêncio permanece, mas revestida de uma outra forma, um silêncio relacionado ao período pós-experiência traumática, quando há a sua significação: “ainda há muito que não dizemos com nossas vozes, que não transformamos em palavras.” (ADICHIE, 2011, p. 311). No entanto, essa nova quietude “é um tipo diferente de silêncio, um que me permite respirar” (ADICHIE, 2011, p. 319), diz Kambili. O silêncio permanece devido à incapacidade de cicatrização do trauma, visto que o mesmo é evidenciado nos corpos e nas mentes de Kambili, Jaja e Beatrice. Nesse sentido, “um passado que permanece mudo é talvez menos o produto do esquecimento do que de uma gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação em algum momento da vida” (POLLAK, 2010, p. 43). Ou seja, o silêncio pode ser “uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e de transmitir sua história” (POLLAK, 2010, p. 46).

Outro elemento simbólico de uma personagem protagonista traumatizada encontra-se nos sonhos/pesadelos. Como colocado no capítulo anterior dessa monografia, a rememoração involuntária de um evento traumático através de sonhos faz parte das características do trauma, pois este, segundo Sigmund Freud (1895) e Michael Rabaté (2016), se repete de forma compulsiva no cotidiano social/individual. Kambili relata sonhar constantemente com atos de violência social, de violência contra sua mãe e de violência contra si. As violências refletidas nos sonhos, tanto eram físicas, como psicológicas.

Johnny Rosa (2012) afirma a importância de reparações sociais e de responsabilização dos eventos traumáticos. No entanto, se aplicamos tal pressuposto ao romance de Adichie, perceberemos que, enquanto Eugene viveu, não houve em nenhum momento a responsabilização sobre seus atos violentos, o que impediu a reparação, a restituição da liberdade, a compensação, a reabilitação psicológica e as garantias de não repetição do evento traumático.

De modo geral, podemos perceber Kambili enquanto um hibisco roxo, uma flor rara e que paulatinamente floresce. Do mesmo modo, podemos compreendê-la como uma sociedade ibo-nigeriana que está desabrochando e se estruturando pós-experiência colonial e ditatorial. Como o próprio romance nos coloca, a Nigéria está engatinhando em relação à sua organização política, econômica e social interna.

O romance de Adichie se encaixa naquilo que a autora Amy J. Elias (2005) define como romance meta-histórico, no qual o gênero literário se enriquece de questões da historiografia sobre um determinado tema, tempo e/ou espaço. Esse romance atual, “ilustra a falta de fé de nossa própria historiografia, mas o desejo contínuo de conhecimento ‘histórico’” (ELIAS, 2006, p. 164). Elias afirma que o romance meta-histórico está intrinsecamente comprometido com as vozes do passado, desejando “iniciar um diálogo vivo com essas vozes outrora vivas e, assim, formar a nós mesmos e a nossa realidade de novo” (ELIAS, 2005, p.168-169). A autora defende que há verdade histórica tanto na História, como no romance, sendo que tais áreas não são organizadas de forma hierárquica. Sendo assim, os registros históricos, como o romance em questão, fornecem fragmentos da história, tendo cunho quase terapêutico, ao refamiliarizar os acontecimentos da colonização que deixaram, em alguns aspectos, de ser percebidas e pontuadas pela história.

Considero a escrita de Adichie como uma afronta aos resquícios do colonialismo na Nigéria, pelo simples fato da autora utilizar a própria língua do antigo colonizador para

revelar/testemunhar uma outra história/narrativa sobre seu país, como por exemplo a ressignificação das práticas religiosas adotadas por alguns personagens em *Hibisco Roxo* - ainda que, paradoxalmente, a autora não consiga romper a barreira linguística. O próprio ato de escrever um romance, não qualquer outro gênero literário já é uma resistência, visto que, durante o século XX, o romance no continente africano era considerado como a forma escrita mais europeia possível.

Segundo Achebe (2012), na obra *A educação de uma criança sob o protetorado britânico*, o domínio colonial foi muito forte na Nigéria e, por conta disso, até hoje os/as nigerianos/as, sentem as consequências, o que não quer dizer que não houve resistências por parte da população nigeriana, como ficou explicitado também no romance de Adichie. Segundo o autor nigeriano, que escreveu romances já na década de 1950 sobre as interferências do colonialismo na Nigéria, o cristianismo demorou para se propagar em sua terra natal. Mas é fato que toda a Europa contribuiu para a colonização e os seus legados ainda estão marcados na história do continente africano, como uma queimadura. Nesse sentido, é correto afirmar que:

a descolonização foi um processo longo, gradual e diferenciado e que a persistência dos efeitos da colonização, internalizados na própria sociedade colonizada, vai dar surgimento a uma forma difusa de hegemonia colonial que através de novos arranjos, oportunistados pelas crises ‘internas’ dos Estados e sociedades pós-coloniais, vão resultar na continuidade dos processos de poder e dominação (PEZZODIPANE, 2013, p. 92).

Um pouco do que foi visto no romance dialoga com a vida de Chimamanda Adichie, principalmente o núcleo familiar de Ifeoma. Assim como as personagens do romance, Adichie cresceu sob uma educação colonizadora, britânica e cristã, algo que aconteceu e acontece com muitos/as nigerianos/as, inclusive o Chinua Achebe. Da mesma forma, o romance representa cotidianos impostos por uma moral cristã que também foram vivenciados pela autora supracitada. Destarte, a escrita literária de Adichie pode “comparar-se às vezes a outras visões fornecidas quer pelo próprio autor, quer por outros documentos concernentes à mesma época” (TODOROV, 2006, p.46).

O romance de Adichie cumpre o papel de incentivar a sensibilidade, a coexistência e comunicação entre as pessoas. Assim como, de certa forma, enquanto tal, “defende os seres vivos contra a estupidez dos preconceitos, do racismo, da xenofobia, das obtusidades localistas do sectarismo religioso ou político, ou dos nacionalismos discriminatórios” (MORETTI, 2009)

que Franco Moretti argumenta sobre o papel do romance no mundo contemporâneo. O romance de Adichie gera uma relação/intersecção entre a experiência individual (vivenciado pela personagem Kambili) e a experiência coletiva (do silenciamento em relação às imposições coloniais britânicas na Nigéria).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se compôs como uma forma de sanar algumas lacunas em relação às produções acadêmicas do curso de licenciatura em História da UNIPAMPA, ao abordar a temática do trauma, ao analisar um romance enquanto fonte histórica e ao discorrer de modo breve um pouco da história da sociedade nigeriana do tempo presente. Outrossim, a escrita desse trabalho entra para o rol de produções científicas decoloniais, relacionado às discussões de reparações historiográficas.

Podemos concluir que o romance de Adichie é capaz de incentivar a reflexão sobre problemas que transcendem a obra em si, constituindo e corroborando para a ruminação de assuntos traumáticos silenciados e naturalizados na sociedade igbo nigeriana. Do mesmo modo, o trabalho contribui para (re)pensarmos nossos traumas individuais e coletivos que, por conseguinte, construam uma sociedade mais justa e consciente historicamente. A História, enquanto disciplina, deve constantemente se repensar e identificar se sua escrita perpetua ou não ideias e memórias opressoras e traumatizantes. Nesse sentido, esta monografia se constitui como uma tentativa de disseminação de outras histórias, memórias e testemunhos sobre uma nação do continente africano, tentando tornar os eventos traumáticos da colonização em algo digerível.

Adichie, em seu primeiro romance, problematiza com veemência a história oficial da Nigéria, marcada pelas interferências colonizadoras britânicas que determinaram modos de vida a um país diverso em seu modo de ser. A autora nos apresenta uma sociedade nigeriana resistente em relação às imposições, porém traumatizada em relação aos eventos coloniais, fatos que estão latentes nesse espaço no início do século XXI. Quem nega a presença das marcas/rastros que o processo de colonização britânica/europeia deixou na Nigéria/África, ou não conhece bem a história ou faz mal uso da mesma, dando continuidade simbólica à atividade colonizatória.

Foi identificado que a produção literária de Adichie usa os/as personagens de forma alegórica, no qual a Kambili representaria uma sociedade nigeriana silenciada e violentada que, ao decorrer da narrativa, conquista o poder de fala. Eugene seria o personagem responsável pela reprodução da violência colonial, analisada nesse trabalho através dos elementos linguísticos e religiosos. Assim como Kambili, Beatrice e Jaja sofrem com os atos violentos de Eugene, mas os assimilam de modos distintos. Ifeoma, Amaka e Amadi, por sua vez, seriam personagens

que instigaram a liberdade e, por conseguinte, a fala/testemunho dessa Nigéria traumatizada. Ao mesmo tempo, essas personagens representam a possibilidade de ressignificação da violência. Por fim, o personagem Papa Nnukwu nos apresenta uma sociedade nigeriana que resiste às imposições coloniais britânicas, ainda que tal escolha signifique consequências pesadas. Desse modo, a partir do romance foi possível evidenciar que o gênero literário pode ser um objeto social de construção da consciência e reflexão histórica.

Como foi discutido no primeiro capítulo dessa monografia, eventos históricos traumáticos ocorrem quando há uma ruptura/choque dos indivíduos com a sociedade, quando a ferida ocasionada pela violência alcança a mente não só dos indivíduos, mas também da sociedade de um modo geral. Esta experiência é impossível de ser assimilada e é caracterizada pela repetição compulsiva e silenciosa do trauma, sendo possível ser transmitida através das gerações. Vários desses aspectos são perceptíveis em *Hibisco Roxo*, principalmente, através da personagem Kambili. Nesse sentido, percebe-se que em nenhum momento da narrativa há a reparação e responsabilização de Eugene em relação aos atos de violência cometidos.

Uma série de questões históricas são abordadas no romance. Mas, através dos vieses analisados, percebe-se que no início século XXI, as questões relacionadas à inserção da língua inglesa e da religião católica no sudeste nigeriano chamaram a atenção de Chimamanda Adichie. Ao escrever sobre essas temáticas, a autora pontua uma preocupação própria de seu tempo, quando as religiões e línguas locais da Nigéria estavam cada vez mais sofrendo os legados da colonização britânica. No romance, a autora não evidencia esses legados da colonização britânica em relação ao norte nigeriano. Talvez isso se deva à menor influência dos ingleses nesse espaço, visto que o mesmo já estava dominado pelos muçulmanos no início do século XX. À vista disso, o romance não representa toda uma nação, mas sim o povo Igbo.

Foi sentida ao decorrer da monografia, a falta de utilização de referenciais africanos, mas considerando a formação de graduação em História, oferecida pela UNIPAMPA, na qual o curso mencionado, em seu currículo de 2016, oferecia apenas uma disciplina sobre a história da África e da cultura afro-brasileira, sente-se que o uso de aproximadamente 20% de referenciais africanos foi mais que o possível no momento de escrita desse trabalho.

Como exposto na introdução, sabe-se os limites que o romance nos coloca para interpretar a história, mas sabe-se também que tais limites não pertencem apenas ao gênero literário, como também às outras fontes. Identifica-se que o romance analisado pode ser interpretado como uma parábola, que pode servir para pensarmos outras experiências de

sociedades africanas em relação às imposições coloniais europeias. Não tive a pretensão de esgotar as interpretações sobre o trauma presente no romance *Hibisco Roxo*, de Adichie, mas enxerga-se este trabalho como a gênese de algo que pode e deve ser desenvolvido e complementado em outras escritas acadêmicas. Os eventos traumáticos do passado devem servir de exemplo para não repetirmos tais violências no presente e futuro. Mas, como a história não é previsível, caso esses eventos ocorram, o silêncio em relação a eles deve ser evitado e quebrado.

## REFERÊNCIAS

ABUBAKAR, Dauda. Ethnic Identity, Democratization, and the Future of the African State: Lessons from Nigeria. In: **African Issues**, Vol. 29, No. 1/2, Ethnicity and Recent Democratic Experiments in Africa, 2001, pp. 31-36.

ACHEBE, Chinua. **A educação de uma criança sob o protetorado britânico**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco Roxo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Meio Sol Amarelo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Milênio Escritora militante feminista tem livro lido por toda Nova York Assista online no GloboNews**. 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=1v7j1doqIKk&t=188s> >. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos Feministas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The danger of a single story** [O perigo de uma única história]. 2009. Disponível em: < [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br) >. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

AFONSO, Lilia dos Anjos; PINHEIRO, Vanessa Riambau. O mundo estava calado quando nós morremos: aspectos identitários em Meio Sol Amarelo, de Chimamanda Ngozi Adichie. In: **Revista Principia**. João Pessoa/PB: n°37, Out 2017, p. 71-77.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. A Grande Guerra e a história da virilidade. In: COURTINE, Jean-Jacques (Org.). **História da Virilidade** – a virilidade em crise? Séculos XX e XXI – Vol. 3. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BARATTO, Geselda. A descoberta do inconsciente e o percurso histórico de sua elaboração. In: **Psicologia, Ciência e Profissão**. 2009, 29 (1), p.74-87.

BECKER, Howard S. *Mundos Artísticos e Tipos Sociais*. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Arte e Sociedade**: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERKOWITZ, L. Some aspects of observed aggression. In: **Journal of Personality and Social Psychology**, 2(3), 359-369, 1965.

BORDA BOHIGAS, Juan Pablo; CARRILLO, Juan O.; GARZÓN, Daniel F.; RAMÍREZ, María P.; RODRÍGUEZ, Nicolás. Trauma histórico. Revisión sistemática de un abordaje diferente al conflicto armado. In: **Revista Colombiana de Psiquiatría**, vol. 44, núm. 1, 2015, pp. 41-49.

CARR, E. H. **Que é história?**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2011.

CARUTH, Cathy. **Unclaimed Experience**: Trauma, Narrative, and History. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1996.

CROWDER, Michael. A África sob domínio britânico e belga. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

DE CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, Ali A. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

ELIAS, Amy J. Metahistorical Romance, the Historical Sublime, and Dialogic History, Rethinking History. In: **The Journal of Theory and Practice**, 9:2-3, 2005, 159-172.

FAGE, J. F. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**. São Paulo; Editora Ática, 1981.

FALOLA, Toyin & HEATON, Matthew. **A History of Nigeria**. New York: Cambridge University Press, 2008.

FREUD, Sigmund. *Estudos sobre histeria*. In: **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Editora Imago; 1893-1895. p. 13-59. Vol. II.

FREUD, Sigmund. A sexualidade feminina. In: **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Editora Imago; 1931. p. 257-279. Vol. XXI.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos. In: **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Editora Imago; 1920. Vol. XVIII.

FOSTER, Hal. **O retorno do real**. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2014.

GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI, Franco (Org.). **O romance**: a cultura do romance. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009.

GINZBURG, Jaime. *Autoritarismo e Literatura*: a História como trauma. In: **Vidya Revista Eletrônica** - v. 19, n. 33, Janeiro/Junho, 2000; p.43-52.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945**: latência como origem do presente. São Paulo, Editora da Unesp, 2014.

HEIJMANS, Bastiaan T. et al. “Persistent epigenetic differences associated with prenatal exposure to famine in humans”. In: **PNAS**. Vol. 105, nº.44, November 4, 2008. P. 17046-17049.

KAËS, R. (Org.). **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2001.

LAST, Murray. “Children and the Experience of Violence: Contrasting Cultures of Punishment in Northern Nigeria”. In: **África**: Journal of the International African Institute. vol. 70, no. 3, 2000, pp. 359–393.

MARCELO, Nathalia Almeida. A Nigéria no século XX e as marcas da colonização: uma análise de *Hibisco Roxo* de Chimamanda Ngozi Adichie. In: **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n.8 – 2019, p. 237-250.

MAZRUI, Ali A.; ANDRADE, Mario de; VANSINA, Jan. O desenvolvimento da literatura moderna. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

MORETTI, Franco (Org.). **O romance: a cultura do romance**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009.

MUSTAPHA, Abolaji Samuel. Linguistic Hegemony of the English Language in Nigeria. In: **Revista de Lenguaje y Cultura**, Íkala, 19(1), 2014, 83-97.

NUNES, Alyxandra Gomes. **Conflitos, silêncios e a Guerra de Biafra na nação imaginada nos romances Purple Hibiscus e Half Of Yellow Sun, de Chimamanda Ngozi Adichie**. Salvador: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, 2016.

PARSONS, Ryan G; RESSLER, Kerry J. “Implications of memory modulation for post-traumatic stress and fear disorders”. In: **Nature Neuroscience**. Vol. 16, nº. 2, February 2013. P. 146-153.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. In: **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, nº14, p. 31-45, set. 2003.

PEZZODIPANE, Rosane Vieira. “Pós-colonial: a ruptura com a história única”. In: **Revista Simbiótica**, Ufes, v.ún., n.3, Junho – 2013.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. In: **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v.2 n.1 (jan-jun), 2010, p. 10-49.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RABATÉ, Jean-Michel. Uma história de Trauma. In: **Trivium: Estudos interdisciplinares** (Ano VIII, v.1), Ed.1, Jun 2016; p. 7-15.

ROSA, Johnny Roberto. A cultura política da reparação: por uma história comunicativa e uma memória apaziguada. In: **História: Debates e Tendências** – v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 345-359.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. In: **História da Historiografia**, nº02; março, 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

SCHESTATSKY, Sidnei, et al. A evolução histórica do conceito de estresse pós-traumático. In: **Rev Bras Psiquiatr** 2003; 25(Supl I): p.8-11.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, Memória, Literatura**: o testemunho na era das catástrofes. São Paulo: Editora Unicamp; Edição 1, 2012.

SOW, Alfa I.; ABDULAZIZ, Mohamed H. Língua e evolução social. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

TACCA, Oscar. A personagem no romance moderno. In: **Letras**. Curitiba (25): p. 293 – 299, Julho; 1976.

TAG BLOG. **A Nigéria como cenário em 8 livros de ficção contemporânea**. Disponível em: < <https://www.taglivros.com/blog/a-nigeria-como-cenario-em-8-livros-de-ficcao-contemporanea/?fbclid=IwAR2fQimbBxfIIO4UPu7-aiipdf9CIfjVT7jr1NAwX5rqdDIUX8kbLwzapNU> >. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

TODOROV, Tzvetan. “Narrar, julgar, compreender”. In: \_\_\_\_\_. **Em face do extremo**. Campinas: Editora Papirus, 1995.

TSHIBANGU, Tshishiku; AJAYI, J. F. Ade; SANNEH, Lemim. Religião e evolução social. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História Geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, Licenciatura em História. **Trabalhos de Conclusão de Curso**. Disponível em: < <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia/trabalhos-de-conclusao-de-curso/> >. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, Licenciatura em História. **Fluxograma**. Disponível em: < <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia/fluxograma/> >. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.